

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)  
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

**PAOLA DE BETTIO TÔRRES**

**FEMINISMO E DIREITOS CIVIS NA REVISITAÇÃO DOS EDITORIAIS DO  
JORNAL *NÓS MULHERES*:  
ecos de uma prática jornalística independente e alternativa**

**Porto Alegre  
2024**

PAOLA DE BETTIO TÔRRES

**FEMINISMO E DIREITOS CIVIS NA REVISITAÇÃO DOS EDITORIAIS DO  
JORNAL *NÓS MULHERES*:  
ecos de uma prática jornalística independente e alternativa**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Jornalismo, pelo Curso de Jornalismo da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
(UNISINOS).

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Sabrina Franzoni

Porto Alegre

2024

Para todas as pessoas que lutaram pelo fim da ditadura militar no Brasil e para todas aquelas que sofreram durante o período. Para os desbravadores corajosos que enfrentam a carece e a opressão. Para as feministas pioneiras e as feministas de hoje. À memória de meu pai, que me trouxe para o jornalismo e ao universo das palavras.

## AGRADECIMENTOS

Acredito ser coerente com a minha trajetória começar agradecendo a uma professora que me chamou de petulante ao questionar o trabalho de uma outra colega. Por muito tempo me senti mal por ter sido – e ser – essa pessoa petulante. E quantas vezes nós, mulheres, nos sentimos erradas ao questionarmos e nos posicionarmos? Mas, recentemente, ao lembrar desse episódio, senti um certo orgulho. Percebi que concluí um ciclo. Agradeço a essa professora por isso. Acredito que uma das funções do jornalista é justamente a de ser petulante. É questionar o mundo ao nosso redor, tensionar e provocar desafios sobre o que acontece no cotidiano automático

Preciso agradecer às principais mulheres da minha vida. Todas elas, com suas singularidades, me potencializaram a olhar para o universo a partir de um enquadramento sensível, feminista e corajoso, e permitiram uma abertura, uma compreensão para as contradições humanas. Minha mãe, a quem me vejo cada dia mais, sempre foi questionadora. O ponto amarelo no vermelho, a petulante da família. A primeira a se apresentar como feminista, como mulher de esquerda, professora, bióloga que ama e quer proteger a natureza. Uma das primeiras pessoas da família a chegar ao nível de pós-graduação e a primeira a ter a coragem de se divorciar. Agradeço à minha mãe por ter me incentivado a ser diferente, mesmo nas vezes em que isso resultou em atritos entre nós. Agradeço por ela nunca ter reprimido a criança falante que adorava conversar com estranhos. Também agradeço a ela por ter me incentivado a entrar na graduação em jornalismo na Unisinos e por ter apoiado de todas as formas à conclusão deste curso. Também agradeço por todo o afeto e toda a coragem que ela emana. Não preciso falar mais sobre como a existência dela, por si só, é um signo de petulância.

Agradeço à minha irmã, um camaleão efervescente que não larga a minha mão e que sempre foi um grande apoio, uma grande companheira. Agradeço pelas brigas, pelos abraços, pela escuta, pelos conselhos e ajudas. Agradeço por me tensionar e impulsionar rumo ao movimento. Ela me mostra formas lindas e corajosas de reinventar a petulância.

Agradeço à minha avó Tetê, por tanto carinho, doçura e apoio em momentos difíceis. Nossas conversas estão marcadas dentro de mim. Ter crescido perto dela me fez ter o olhar atento às opressões que as mulheres enfrentam e me mostrou a necessidade de ouvir com profundidade as dimensões dos acontecimentos. Acho que

me tornei feminista por ela, mesmo que ela possa não entender o movimento. A curiosidade dela e a vontade de perguntar sobre todas as coisas são incentivos enormes, além da petulância de, como mulher, se manter de pé, apesar de tanto peso.

Agradeço imensamente à minha orientadora Sabrina Franzoni. Ela sempre reconheceu a importância da petulância e a necessidade de romper, transgredir e se posicionar. Estivemos juntas ao longo deste ano, em especial, mas também em tantos outros momentos. Sabrina me fez amar mais o jornalismo e ajudou a me reencontrar em mais de um momento nebuloso. A inteligência dela e seus posicionamentos foram luzes cintilantes, afagos e guias que mostraram caminhos para seguir. O conhecimento dela sobre os temas sociais e a forma como agrega isso ao jornalismo, permitindo uma linguagem renovadora, me fizeram reacender para a importância da comunicação. Ela me incentiva e encoraja como mulher e como jornalista. Desejo que ela continue na minha vida, sendo essa guia querida.

Também agradeço também à ex-coordenadora Débora Gadret, por ter me dito para continuar no curso quando achei que esse também não seria meu lugar. Agradeço a ela pelo olhar afetivo e agregador, pela inteligência e força, e pelas lutas que ela traz consigo, também sendo petulante neste mundo.

Preciso agradecer ao meu pai, por ter me ensinado tanto sobre rebeldia, sobre querer abrir uma curva no meio da rota, por querer conhecer o mundo através do olhar de jornalista e por estar comigo ainda hoje, como uma luz, como um lugar confortável para estar. Entrei para o curso de jornalismo motivada pelas cartas que ele escreveu para minha mãe quando trabalhava para a TV Manchete e viajava para vários lugares do Brasil. Ele reportava vários prismas desse Brasil em plena redemocratização. Meu pai sempre foi um exímio contador de histórias – dele e dos outros. Sempre teve um olhar atento e sagaz, e segue me ajudando a elaborar esse mundo em eterna convulsão.

Agradeço ao Yuri Taraciuk, por estar comigo há quase cinco anos. Nos conhecemos no meu primeiro dia de aula neste curso e acabamos descobrindo uma porção de coisas juntos, inclusive que funcionamos bem como um casal. O Yuri é uma das pessoas mais petulantes que conheço. Me desafia e provoca todo dia, e acho isso fundamental para viver em um mundo como o que a gente vive hoje. Agradeço pelos momentos de companhia e por proporcionar espaços de respiro e incentivo, também.

Por último, agradeço a todas as amizades que fiz ao longo destes anos de graduação. Essas amizades foram apoios fundamentais para eu seguir meu caminho. Em tantos momentos, foram conforto, riso, coragem e desafio. Todas essas amizades me ajudaram a acender as luzes do caminho e a produzir sentido no trajeto. Todas as pessoas aqui citadas me ajudaram a “lançar mundos no mundo”, como diz meu artista preferido.

“Esse crime, o crime sagrado de ser divergente, nós o cometeremos sempre”  
(Patrícia Galvão, Pagu, sem data).

“Que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”  
(Rosa Luxemburgo, 1918).

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre” (Simone de Beauvoir, 1949).

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo revisitar os caminhos que o jornal *Nós Mulheres* percorreu, através dos editoriais, em sua prática jornalística, como um meio independente e alternativo e como esses elementos podem contribuir na construção das discussões sobre as lutas feministas no contemporâneo. Para isso, analisa os editoriais das oito edições do jornal *Nós Mulheres*, que circulou entre 1976 e 1978. O referencial teórico tratou sobre editorial (Melo, 2003; Melo e Assis, 2016); gênero e feminismo (Louro, 2008; Wittig, 2019; Duarte, 2019) e jornalismo alternativo e independente (Carvalho e Bronosky, 2017). Por meio da metodologia de Análise de Conteúdo (Herscovitz, 2010), oito editoriais foram mapeados e construídas quatro categorias de análise: Gênero e Feminismo; Trabalho; Direitos Cíveis e Democracia; e Quem Somos. O jornal *Nós Mulheres*, em seus editoriais, explicita questões que fazem parte, ainda, do cotidiano e da atualidade das lutas feministas e propõe o engajamento ao movimento de organização das mulheres e da defesa dos direitos cíveis e democráticos.

**Palavras-chave:** jornal *Nós Mulheres*; editorial; feminismo; jornalismo alternativo; direitos cíveis.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
1.1 PROBLEMA .....	11
1.2 OBJETIVO GERAL.....	11
1.2.1 Objetivos específicos.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	14
2.1 GÊNEROS E FORMATOS JORNALÍSTICOS .....	14
2.1.1 O Editorial: Gênero Opinativo .....	18
2.2 GÊNERO, FEMINISMO E JORNALISMO .....	21
2.3 JORNALISMO ALTERNATIVO E INDEPENDENTE .....	47
3 METODOLOGIA .....	55
3.1 CATEGORIA 1: GÊNERO E FEMINISMO .....	60
3.2 CATEGORIA 2: TRABALHO .....	65
3.3 CATEGORIA 3: DIREITOS CIVIS E DEMOCRACIA.....	68
3.4 QUEM SOMOS .....	73
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	78
REFERÊNCIAS .....	82
REFERÊNCIAS EDITORIAIS .....	83
ANEXO A – EDITORIAIS .....	85

## 1 INTRODUÇÃO

Num regime democrático, conhecer o passado é fundamental para que seja possível contextualizar os acontecimentos e, com isso, se possa construir um futuro e estabelecer um presente ancorado no respeito e na diversidade. As pesquisas científicas constituem-se num lastro importante de conhecimento na formação desse percurso. Para Marialva Barbosa (2017), a instantaneidade e o imediatismo instauram a ditadura dos tempos breves e dos ritmos fortemente acentuados.

Cria-se uma negação do tempo que passa e uma interdição ao envelhecimento, numa ditadura do tempo presente que governa os sentidos e as práticas comunicacionais e informacionais. Impõem-se um presente eterno, feito de instantes efêmeros que destacam invariavelmente a ilusão de novidade, substituída no instante seguinte e numa rapidez estonteante, num cenário cujo gesto substituível se repete inúmeras vezes. (2017, p. 102).

Assim, para a autora, o idêntico aparece revestido de uma imagem inovadora, quando a rigor reinstauram-se processos já conhecidos. Dessa forma, neste trabalho, pretende-se atualizar o passado recente, ao resgatar e ao contextualizar o jornal *Nós Mulheres*, para compreender como as práticas jornalísticas independentes e alternativas em um contexto autoritário e conservador podem colaborar para pensar nas práticas jornalísticas hoje, além de situar o movimento feminista e suas reivindicações.

O atual modelo de operação do jornalismo está corroído por amarras que exigem objetividade e a negação de um contexto histórico e reflexivo, quando deveria ser orientado por sua função de ser um mediador entre a informação e a sociedade. Mais do que isso, o jornalismo deve ser um agente democrático e um meio de conhecimento social. É importante assinalar que o jornalismo independente, alternativo e engajado é uma realidade e uma possibilidade de democratização da informação. Noções como *objetividade* reforçam que o jornalista deve apagar-se do conteúdo que produz para permitir que quem receba não identifique uma autoria.

No entanto, diversos estudos têm refutado a *teoria da objetividade* e explorado uma temática que considere a subjetividade como integrante do texto. Autores como Adelmo Genro Filho, Eduardo Meditsch, Gaye Tuchman, entre outros, são importantes na construção das noções sobre o jornalismo como uma prática que produz

conhecimento social. Genro Filho (1996) propôs que o jornalismo é um conhecimento social que parte do singular.

O contexto social, político e cultural em que vivemos tem exigido que se repensem as estruturas e as práticas das áreas do conhecimento que se relacionam aos veículos de comunicação social. A democracia participativa se mantém através de pilares como a educação e a informação. Numa história recente, vimos emergir discursos conservadores e reacionários no mundo e nas eleições (em 2018 e em 2022), de um governo comprometido com essa “agenda” no Brasil, ameaçando o que já havia sido conquistado nos últimos 50 anos, principalmente no que se refere aos direitos das mulheres.

No entanto, é nos momentos de crise e de ruídos, quando questionamos, inclusive, a função e a própria maneira de fazer o jornalismo, que se faz necessário olhar para o passado através de uma lupa, a fim de entendermos como melhor prosseguirmos, buscando referências históricas comprometidas em nos situar novamente e ressignificar as lutas e as reivindicações. A história, especialmente a contra hegemônica, contada por veículos ativistas e alternativos, nos mostra a relevância da mídia no debate sobre o papel do jornalismo como instrumento de debate feminista.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que o jornal *Nós Mulheres*, que circulou entre 1976 e 1978, teve grande importância e vigor ao desafiar a censura e ao encorajar mulheres a se unirem em torno de questões centrais. Assim, o periódico organizou e articulou as reivindicações da luta feminista, contribuindo como um promotor do debate e da mudança da condição de vida imposta às mulheres. Desse modo, o jornal *Nós Mulheres* teve êxito ao ser um “espaço de construção do protagonismo das mulheres” (Martins; Nunes, 2019, p. 1).

A imprensa alternativa sempre esteve situada nas lutas e nas reivindicações sociais, bem como continua sendo um espaço de diálogo sobre problemáticas, qualificando a discussão e o debate sobre a autonomia e a liberdade. Para a criação desse ambiente satisfatório de mediação de informações, os meios de comunicação alternativos usam a estética e os símbolos, sejam eles as palavras, as ilustrações, as fotografias, e até mesmo a diagramação, como ferramenta importante para a construção de significados, embora esse não seja o foco deste estudo.

De acordo com Martins e Nunes (2019), em *A Imprensa Alternativa e o Movimento Feminista Durante a Ditadura Militar no Brasil: A Relevância do Jornal Nós*

*Mulheres*, a comunicação, que na época era “totalmente analógica e o compartilhamento de experiências se dava tão somente por meios impressos” (p. 3), tornou a imprensa alternativa como “a grande possibilidade para que as discussões dos grupos progressistas se difundissem tanto dentro quanto fora do país, chegando, inclusive, aos exilados políticos” (Martins; Nunes, 2019, p. 3).

Dessa maneira, em 1976, surgiu a primeira edição do *Nós Mulheres*, com pautas que, assim como outros veículos alternativos, “reivindicavam liberdade, autonomia, justiça, reconhecimento, democracia e cidadania” (Martins; Nunes, 2019, p. 4), mas como foco nas questões das mulheres, nas pautas feministas. Também conforme Martins e Nunes (2019), o periódico foi “uma nova forma de expressão e mobilização social que se pôs a serviço da organização das mulheres, reivindicando direitos, questionando as relações de poder e introduzindo-as no movimento popular contra o regime” (2019, p. 5).

Assim, este trabalho também busca traçar uma recuperação histórica do jornal *Nós Mulheres*, reacendendo para a importância e a qualidade de conteúdo produzido pela imprensa alternativa, através da introdução das pautas feministas e o papel do jornal e do movimento contra a ditadura militar brasileira. Para isso, traça um caminho entre os campos da história e do jornalismo independente e alternativo, para estabelecer um fio condutor entre estas áreas.

Na sequência, trazemos o problema de pesquisa e os objetivos deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

## 1.1 PROBLEMA

Como a prática do jornalismo alternativo constrói os conteúdos dos editoriais do jornal *Nós Mulheres*, e como essa prática contribui para a construção histórica das lutas feministas e democráticas e suas discussões na atualidade?

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Revisitar os caminhos que o jornal *Nós Mulheres* percorreu, através dos editoriais, em sua prática jornalística independente e alternativa, para compreender como essa prática pode contribuir para a construção histórica das discussões sobre as lutas feministas e democráticas na atualidade.

### 1.2.1 Objetivos específicos

- a) contextualizar o movimento feminista e a luta pelos direitos civis;
- b) conceituar as noções de jornalismo independente e alternativo;
- c) mapear os sentidos construídos nos editoriais do jornal *Nós Mulheres*;
- d) problematizar o jornalismo e seu papel social e político na contribuição da organização dos movimentos sociais;

Depois de indicar os objetivos deste estudo, passamos a descrever a estrutura deste trabalho.

O capítulo 2, de Fundamentação Teórica, faz uma revisão bibliográfica dos autores de referência, que auxiliam na definição dos conceitos. Para isso, o capítulo foi dividido em subcapítulos, sendo o primeiro (2.1) sobre gêneros e formatos jornalísticos, destacando-se a abordagem de Melo (2003), e (2.1.1) sobre o formato editorial, que surge do gênero opinativo. Após as definições de editorial serem estabelecidas, partimos para um subcapítulo sobre gênero e feminismo (2.2). A partir de Guacira Lopes Louro<sup>1</sup> (2008) e Monique Wittig (2019) produzimos um aprofundamento da ideia de gênero; já a partir de Constância Lima Duarte (2019) recuperamos a história do movimento feminista no Brasil e a atuação deste na imprensa e na literatura no país. Por fim, com Carvalho e Bronosky (2017) definimos jornalismo alternativo e independente (2.3) e percebemos como os veículos que seguem esta lógica colocam-se em uma posição contra hegemônica, ou seja, que desafia a ordem vigente.

O capítulo 3 trabalha a Análise de Conteúdo (Heloiza Herscovitz, 2010), metodologia utilizada neste trabalho, e apresenta o percurso metodológico, que constituiu o mapeamento dos oito editoriais e a categorização destes. Já o capítulo 4 traz a análise dos resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais no capítulo 5, sendo possível consultar no Apêndice os resumos dos editoriais e no Anexo a íntegra dos mesmos.

---

<sup>1</sup> Considerando que, muitas vezes, há equívocos em relação aos autores, presumindo-se que a produção tenha sido feita por um autor (masculino), optamos por citar o nome completo das autoras na primeira citação.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica consiste no alicerce de toda produção científica, servindo de suporte e base para os entendimentos e as conclusões que surgem das pesquisas. Deste modo, neste trabalho iniciamos a investigação através da revisão da noção de gêneros e formatos jornalísticos (Melo; Assis, 2016), recuperando conceitos e particularidades e aprofundando o formato editorial (Melo, 2003). Na sequência, trabalhamos com o conceito de gênero (Louro, 2008; Wittig, 2019) e revisitamos a história do feminismo no Brasil e a atuação do movimento de mulheres na imprensa e na literatura (Duarte, 2019). Por fim, trazemos os conceitos de jornalismo alternativo e independente (Carvalho; Bronosky, 2017; Alves; Santos, 2023).

### 2.1 GÊNEROS E FORMATOS JORNALÍSTICOS

Para melhor entendermos os editoriais, é preciso aprofundar a discussão sobre gêneros e formatos jornalísticos. Essa divisão se assemelha à lógica da taxionomia (Melo; Assis, 2016, p. 49). Melo é um dos principais teóricos dos gêneros jornalísticos. O autor é conhecido por ser referência na classificação do jornalismo (por exemplo, em gênero opinativo, interpretativo, informativo, etc.), no que se refere especificamente à imprensa brasileira. Essa classificação consiste na distribuição de formatos dentro de gêneros jornalísticos.

Para Melo e Assis (2016, p. 41), “os gêneros consistem, acima de qualquer taxionomia, em motores da indústria jornalística, que a movimentam segundo as expectativas dos consumidores de informação sobre a atualidade”. Ao se referirem aos processos comunicacionais que dependem dos meios massivos ou digitais para tramitar coletivamente, os autores salientam que o trabalho jornalístico, quando organizado e normatizado por padrões pré-estabelecidos, se dividem em pelo menos dois estágios complementares – os gêneros e os formatos.

Quanto aos gêneros e formatos praticados pela imprensa, os autores afirmam que apesar das particularidades linguísticas e/ou textuais das matérias que a mídia faz circular serem fatores relevantes, é importante analisar as técnicas da atividade profissional e perceber que existem “universos culturais ou ideológicos” atravessados (2016, p. 42).

Ainda que a estrutura e a estética textual possam ser elementos a se considerar, os gêneros midiáticos se caracterizam, primordialmente, por serem uma “promessa de conteúdo, ou de uma possibilidade de conteúdo, uma espécie de contrato previamente acordado entre emissor e receptor”. (Melo; Assis, 2016, p. 44).

Na citação anterior, é possível entender que os gêneros se caracterizam como uma *promessa*, um contrato prévio. No caso estudado por esta pesquisa, o editorial é um texto onde se espera a exposição da linha editorial do jornal, a opinião de seus editores.

Para complementar a definição de gênero para o jornalismo, Melo e Assis (2016) apresentam as noções de dois autores. Primeiro, Martín-Barbero, para quem os gêneros são uma “estratégia de comunicabilidade” (Martín-Barbero, 1997, p.302), isto é, uma espécie de “pacto entre quem produz e quem recebe o que a Mídia transmite” (Melo; Assis, 2016, p. 45). O outro autor que aprofunda o significado dos gêneros na literatura das Ciências da Comunicação é Mikhail Bakhtin, onde *gênero* são “tipos relativamente estáveis de expressões linguísticas desenvolvidas em situações comunicacionais específicas, que se refletem na forma, no conteúdo e na estrutura” (Bakhtin, 1986, p. 60 *apud* Melo; Assis, 2016, p. 43).

Ainda para Bakhtin, duas divisões determinam a configuração dos gêneros comunicacionais: estilísticos e orgânicos. Os estilísticos se referem as formas de expressão (coletivas ou individuais), enquanto os orgânicos se caracterizam pela “adequação funcional às diferentes esferas da atividade humana” (Bakhtin, 1986, p.60 *apud* Melo; Assis, 2016, p. 43). São exemplos de configuração orgânica a produção científica, os documentos empresariais e as matérias jornalísticas.

Bakhtin separa essas duas configurações, ainda, em mais duas categorias de gêneros: primários (são os gêneros da comunicação oral, como conversas familiares, conversas de salão, diálogos filosóficos ou sociopolíticos etc.), e secundários (universo da comunicação escrita, como produções literárias, científicas e jornalísticas). Portanto, gênero, em jornalismo está situado dentro dos gêneros estilísticos e secundários. Entretanto, pertence, também, a uma “constelação mais vasta, a dos ‘gêneros midiáticos’, cuja configuração é determinada por suportes tecnológicos (meios de Comunicação)” (Melo; Assis, 2016, p.44).

Essas percepções todas estão, enfim, incorporadas na teoria dos gêneros midiáticos, “a quem tem recebido contribuições substantivas de distintas correntes do

pensamento, no qual o funcionalismo e a teoria crítica são mais evidentes” (Melo; Assis, 2016, p. 45).

De acordo com autores, para o funcionalismo, gêneros se estruturam refletindo funções sociais básicas assimiladas pelos meios de comunicação e atualizadas de acordo com as transformações sociais. Desse modo, esses conteúdos são moldados pelo que os autores chamam de *categorias funcionais* (entre elas, o jornalismo), que, por sua vez, se reproduzem em classes (ou gêneros), tais classes são organizadas em formas de expressão com características comuns (formatos) e subdividas em espécies (tipos). As principais funções midiáticas foram resumidas por McQuail (2003, p. 82-83) da seguinte forma:

- Informação: providencia informações/dados sobre os acontecimentos e situações; indica relações de poder; facilita a inovação, a adaptação e o progresso.
- Correlação: explicar, interpretar e comentar o sentido/significado dos acontecimentos e da informação, providencia apoio para as autoridades e normas estabelecidas, socializa valores, sugere consenso e prioriza rumos.
- Continuidade: reforça a cultura dominante e reconhece “subculturas” e novos desenvolvimentos culturais; fortalece e preserva valores consensuais.
- Entretenimento: providencia diversão, descanso e reduz tensões sociais.
- Mobilização: luta por objetivos sociais, respalda ações coletivas, embasadas nas decisões de cidadania (participação política, religiosa, cultural) ou de consumo (bens e serviços, marcas e símbolos).

A teoria funcionalista mostra, dessa forma, que o jornalismo não cumpre uma única função e não restringe sua capacidade produtiva a apenas uma maneira de tratar os acontecimentos.

Assim, podemos, enfim, chegar a duas características básicas que definem um gênero: a capacidade de “agrupar diferentes formatos – todos com caracteres comuns, embora diferentes entre si – e sua função social” (Melo; Assis; 2016, p. 49). Melo e Assis (2016) destacam que quando se referem a característica *função social*, corroboram com a teoria funcionalista, onde os gêneros operam para atender demandas originadas no contexto da sociedade. (p. 49). De forma geral, podemos resumir que *gênero*, é uma noção que remete a agrupamento. E dentro desses agrupamentos, existem elementos aderidos/associados – que podem ser entendidos como formas de expressão e criações que traduzem a vida social, e é essa composição que se entende por *formato*. (Melo; Assis, 2016, p. 47).

Dessa forma, os formatos podem ser compreendidos como *instrumentos* que jornalistas utilizam tanto para manifestar quanto para fazer circular conteúdo (Melo;

Assis, 2016, p. 47). Para autores, essa ideia pode levar a crer que a produção da Mídia é uma produção de formatos, e, por isso, não existe uma identidade única. As diversidades de formatos possíveis servem como *sub-rotinas* para lidar com temas específicos dentro de um gênero (McQuail, 2003, p. 340). Um exemplo para isso seria o *formato* editorial dentro do *gênero* opinativo, ou seja, um gênero comporta diversos formatos e tipos.

Dada essa discussão, Melo e Assis esboçam o seguinte panorama dos gêneros jornalísticos e suas respectivas funções (Melo; Assis, 2016, p. 49):

- Informativo: vigilância social;
- Opinativo: fórum de ideias;
- Interpretativo: papel educativo, esclarecedor;
- Diversional: Distração, lazer;
- Utilitário: auxílio nas tomadas de decisões cotidianas.

Os gêneros surgem e/ou se consolidam como respostas às demandas sociais, isso fica evidenciado em momentos históricos datados ou em períodos de crise. O jornalismo, por ser uma forma social de conhecimento, passa por processos evolutivos concomitante à sociedade. (Melo; Assis, 2016).

O formato jornalístico, para Melo e Assis (2016), é definido como o feitio de construção da informação transmitida pela Mídia, “por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional” (2016, p.50). Essa construção se dá em comum acordo com as normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e, também, procedimentos e particularidades relacionados ao modo de fazer de cada unidade.

A partir da classificação proposta por Melo e Assis (2016), encontramos os gêneros identificados em: informativo; opinativo; interpretativo; diversional e utilitário. Entre os formatos do gênero opinativo estão o editorial; o comentário; o artigo; a resenha; a coluna; a caricatura; a carta e a crônica. Cada um desses modos de fazer possui características próprias, tornando, dentro de cada categoria de gênero e seus formatos, algo único, ainda que possa se equiparar a outro formato do mesmo gênero.

Dentro do gênero opinativo podemos comparar editorial, artigo e comentário. O editorial é o mais diferente dos três, porque não traz a assinatura de um autor, já que registra um posicionamento institucional. Os outros dois formatos – artigo e comentário – são textos assinados que expõe pontos de vista acerca de algo, embora

o artigo “geralmente, (seja) elaborado por um especialista, que julga um acontecimento passível de controvérsia a partir de seu repertório” (Melo; Assis, 2016, p. 52), enquanto o comentário é uma produção de um jornalista “com vasta experiência, que analisa certa ocorrência – em geral, relacionada a algum assunto trabalhado, na mesma edição, por um formato informativo –, relacionando-a a fatos anteriores e fazendo projeções de possíveis desdobramentos” (2016, p. 52).

### 2.1.1 O Editorial: Gênero Opinativo

Melo (2003) define o formato editorial como um “gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (2003, p.103). No entanto, sua “natureza de porta-voz ainda precisa ser melhor compreendida e delimitada” (2003, p. 103). Melo recupera o que o jornalista Juarez Bahia afirma sobre os editoriais. Para Bahia, o editorial é um “parente literário do ensaio, [...] é, no jornal, no rádio ou na televisão, a palavra do editor, a opinião do veículo ou da empresa” (Bahia, 1972, p. 192 *apud* Melo, 2003, p. 107). No caso do jornal *Nós Mulheres*, é a opinião do veículo, que surge de uma associação de mulheres que congregam opiniões sobre a situação da mulher no país e os atravessamentos sociais.

O autor traz a afirmação feita por Fraser Bond, onde ele diz que o editorial é um ensaio curto, embebido de senso de oportunidade. Bond diz, também, que o “editorial difere do ensaio, em sua brevidade e também porque insiste em sua natureza contemporânea” (Bond, 1962, p. 228 *apud* Melo, 2003, p. 107).

Embora Melo (2003) recupere o conceito de Rivadeneira Prada, autor que atribui ao editorial o significado de “opinião da empresa” (o que torna essencial caracterizar as *relações de propriedade* da instituição jornalística), ele destaca que nas sociedades capitalistas em que vivemos, o editorial “reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização” (Melo, 2003, p. 104). No entanto, essa linha de raciocínio não se aplica ao entendimento de editorial do *Nós Mulheres*, justamente por ser um veículo alternativo, construído de forma colaborativa entre várias mulheres. Ou seja, um veículo sem a presença de acionistas majoritários, financiadores, anunciantes e o próprio Estado.

Ainda para Melo, “o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico” (Melo, 2003, p.104). Essa opinião é um indicador dirigido a coletividade e que pretende orientar a opinião pública.

Porém, Melo (2003) pontua que isso acontece nas empresas que atuam em sociedades que possuem uma opinião pública autônoma, com uma sociedade civil forte e organizada que se contrapõe ao poder do Estado, o que não é o caso do Brasil (p.104). Para Melo (2003), no nosso país, os editoriais produzidos pelas empresas jornalísticas, apesar de se dirigirem formalmente à *opinião pública*, são, na verdade, dirigidos ao Estado. Os editoriais, assim, são produções onde “as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos” (Melo, 2003, p.105).

Mais do que isso, para Melo os editoriais não são voltados para perceber as reivindicações da sociedade e expressá-las a quem tem direito. Os editoriais, na imprensa brasileira, no geral, significam muito mais um trabalho de *coação* ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam (Melo, 2003, p.105):

[...] não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de "coação" ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam.

Apesar de os editoriais do *Nós Mulheres* pretenderem orientar a opinião pública, ser um espaço de articulações políticas e de se dirigir, também, ao Estado, eles são, sim, voltados a perceber as reivindicações da sociedade, contrariando o entendimento de Melo (2003) sobre editoriais no Brasil. Essa diferença pode ser explicada pelo fato deste jornal não ser controlado por uma empresa ou família, por ser de pequeno porte e por surgir de uma organização de mulheres. Apesar de demonstrar insatisfação em relação a falta de atenção do Estado aos problemas que as mulheres sofrem e os atravessamentos dos demais problemas sociais, eles constituem muito mais um espaço de organização de ideias, de argumentos e de articulações políticas para engajar mais pessoas em prol da causa feminista.

Melo (2003) aponta que a produção de um editorial em uma grande empresa jornalística “passa por um sofisticado processo de depuração dos fatos, de conferência dos dados, de checagem das fontes. A decisão é tomada pela diretoria,

funcionando o editorialista, [...] como intérprete dos pontos de vista que se convencionam devam ser divulgados” (Melo, 2003, p. 107).

O teórico aponta os quatro atributos específicos do editorial, indicados por Beltrão, são eles: a impessoalidade – “não se trata de matéria assinada, utilizando portanto a terceira pessoa do singular ou a primeira do plural” (*apud* Melo, 2003, p. 108); a topicalidade – “trata de um tema bem delimitado, mesmo que ainda não tenha adquirido configuração pública” (2003, p. 108); a condensalidade – “poucas ideias, dando maior ênfase às afirmações que às demonstrações” (2003, p. 108); a plasticidade – “flexibilidade, maleabilidade, não dogmatismo” (p. 108).

Para Melo (2003), o editorial precisa ser claro se pretende formular um ponto de vista significativo obtendo a adesão do público. O autor também cita o fato de os editoriais serem pouco lidos, no geral. Para ele, isso ocorre porque “os editoriais continuam a tratar daqueles temas que não correspondem aos interesses cotidianos dos seus leitores” (2003, p. 109). Para o autor, isso não é um problema específico dos editoriais, mas dos jornais diários brasileiros, que possuem uma postura claramente elitista. Mais uma vez, é importante destacar como no caso de um veículo alternativo, como o *Nós Mulheres*, que se dirigia a um público mais específico, por meio de abordagens diferentes e com maior proximidade das leitoras, essas definições acabam não dando conta do papel do editorial nesse tipo de veículo.

Melo (2003) explica, também, que existem diferentes espécies de editoriais, sendo que “Beltrão classifica-os segundo cinco variáveis: morfologia, topicalidade, conteúdo, estilo e natureza” (*apud* Melo, 2003, p. 110). Conforme Melo, em relação à *morfologia*, os editoriais brasileiros se diferenciam em: “artigo de fundo (editorial principal), *suelto* (pequena análise sobre um fato da atualidade) e nota (registro ligeiro de uma ocorrência, antecipando suas consequências ao leitor)” (Melo, 2003, p. 110-111).

Em relação à *topicalidade*, esta produz três espécies de editoriais: “preventivo (focalizando aspectos novos que podem produzir mudanças), de ação (apreendendo o impacto de uma ocorrência) e de consequência (visualizando repercussões e efeitos)” (Melo, 2003, p. 111).

Quanto ao *conteúdo*, é possível dividir em “informativo (esclarecedor), normativo (exortador) e ilustrativo (educador)” (Melo, 2003, p. 111). Já em relação à *estilo*, duas espécies surgem: o intelectual (racionalizante) e o emocional (sensibilizante) (Melo, 2003, p. 111).

Por último, quanto à *natureza*, é possível dividir o editorial em: “promocional (coerente com a linha da empresa), circunstancial (oportunista, imediatista) e polêmico (contestador, provocador)” (Melo, 2003, p. 111).

Para Melo (2003), “o editorial é um gênero quase exclusivo da imprensa, ou, mais precisamente, dos jornais. Nas revistas, o editorial aparece com mais frequência<sup>22</sup> nos periódicos culturais ou políticos” (p. 111). Enquanto no rádio e na televisão, “a presença do editorial é episódica. Quase sempre ocorre em momentos de crise, de conturbação social, quando as emissoras se sentem compelidas a dizer o que pensam sobre os acontecimentos” (Melo, 2003, p. 111). Melo (2003) também cita os editoriais no “jornalismo eletrônico”, apontando para uma ausência nesse espaço. Porém, como o texto é de 2003 e de lá para cá o jornalismo digital ganhou espaço e importância enormes, esta pesquisa não entende como necessário apontar a explicação de Melo para presença (ou ausência, conforme o autor) dos editoriais no que ele se como “jornalismo eletrônico”.

## 2.2 GÊNERO, FEMINISMO E JORNALISMO

A frase icônica de Simone de Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” é lembrada pela pesquisadora Guacira Lopes Louro para iniciar sua reflexão, no texto *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*, publicado em 2008. A autora traça um panorama sobre como o gênero e a sexualidade são construídos na contemporaneidade. Ela assinala que a frase, dita há mais de cinquenta anos pela pensadora existencialista e marco nos estudos de feminismo, passou a ser repetida para indicar que “o modo de ser e de estar no mundo não resultava de um ato único, inaugural, mas que, em vez disso, constituía-se numa construção” (Louro, 2008, p. 17).

Para Louro (2008, p. 17), “fazer-se mulher dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura”. De acordo com Louro (2008), a frase de Beauvoir causou impacto e ganhou o mundo, já que mulheres das mais diferentes posições passaram a repeti-la para indicar que seu

---

<sup>2</sup> Mantivemos os erros gramaticais e ortográficos tanto dos autores citados neste trabalho como nos editoriais do *Nós Mulheres*, bem como a forma de escrita anterior ao acordo ortográfico de 1990.

modo de ser e de estar no mundo não resultava de um ato único, inaugural, mas que, em vez disso, constituía-se numa construção.

Louro (2008), explica que a frase pode ser tomada, de certa forma, como uma espécie de “gatilho provocador de um conjunto de reflexões e teorizações, exuberante e fértil, polêmico e disputado, não só no campo do feminismo e dos estudos de gênero, como também no campo dos estudos da sexualidade” (p. 18). Por outro lado, a autora aponta que há um contraponto, já que essa frase pode ser trabalhada tanto para o “fazer-se mulher” como o “fazer-se homem”.

A frase foi alargada, é claro, passando a ser compreendida também no masculino. Sim, decididamente, fazer de alguém um homem requer, de igual modo, investimentos continuados. Nada há de puramente “natural” e “dado” em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura (Louro, 2008, p.18).

A cultura é uma construção da nossa formação enquanto sujeitos, e a mídia faz parte do âmbito da cultura. É a partir da concepção cultural que a autora pensa a questão de gênero: “a construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infindavelmente” (Louro, 2008, p. 18). Isto é, “não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como ‘macho’ ou ‘fêmea’ que faz deste sujeito masculino ou feminino” (p. 18).

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. (Louro, 2008, p. 18)

Ainda para Louro (2008), essa construção é um processo minucioso, sutil e sempre inacabado. Segundo a autora, as principais instâncias nesse processo constitutivo são a família, a escola, a igreja, as instituições legais e médicas, enfim, e por muito tempo as orientações e ensinamentos dados por essas instâncias pareceram absolutos, quase soberanos. Conforme a autora diz, não há como esquecer, especialmente na contemporaneidade, “a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento e dos *blogs*” (2008, p. 18). Assim, para ela, também não há como deixar de lado o cinema e a televisão, os *shopping centers* e a música popular, as pesquisas de opinião e de consumo. Louro afirma que “‘especialistas’ das mais diversas áreas dizem-nos o

que vestir, como andar, o que comer [...] como 'ficar de bem com a vida' [...] como aparentar sucesso, como...ser" (2008, p.18-19 – grifo da autora).

Isto é, são conselhos e palavras de ordem nos interpelando de forma constante, sobre todas as esferas da nossa vida (saúde, comportamento, religião, amor, etc.), nos dizendo o que preferir, o que recusar, "ajudando-nos a produzir nossos corpos e estilos, nossos modos de ser e de viver" (Louro, 2008, p. 19). O jornal *Nós Mulheres* contrapõe-se a perspectiva hegemônica, ao trazer uma visão feminista sobre os acontecimentos em oposição a reprodução de estereótipos e opressões machistas, como poderá ser observado na etapa de análise deste trabalho.

De acordo com Louro, algumas *orientações* provêm de campos consagrados e tradicionalmente reconhecidos por sua autoridade, como o da medicina, da ciência, da família, da justiça ou da religião, enquanto outras parecem "surgir" dos novos espaços ou ali ecoar (Louro, 2008, p. 19). A autora aponta que não há uniformidade em suas diretrizes, ainda que normas culturais já muito assentadas sejam reiteradas por várias instâncias, é indispensável observar que atualmente os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade se multiplicaram.

Ao afirmar que as transformações são inerentes à história e à cultura, Louro (2008) aponta que contemporaneamente os modos de viver a sexualidade tem se tornado visíveis e acelerados:

Novos saberes, novas técnicas, novos comportamentos, novas formas de relacionamento e novos estilos de vida foram postos em ação e tornaram evidente uma diversidade cultural que não parecia existir. Cada vez mais perturbadoras, essas transformações passaram a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais (p. 19).

Para Louro (2008), há uma atualização/transformação com as novas tecnologias reprodutivas, a transgressão de categorias e de fronteiras sexuais e de gênero (esta transgressão pode ser vista hoje como uma diluição), "além de instigantes articulações corpo-máquina" (p. 19). Louro (2008) aponta, também, que "desestabilizaram-se antigas e sólidas certezas, subverteram-se as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer" (2008, p.19). As lógicas agora alteram as formas de relação:

Informações e pessoas até então inatingíveis tornaram-se acessíveis por um simples toque de computador. Relações afetivas e amorosas passaram a ser vividas virtualmente; relações que desprezam dimensões de espaço, de

tempo, de gênero, de sexualidade, de classe ou de raça; relações nas quais o anonimato e a troca de identidade são parte do jogo (Louro, 2008, p. 19-20).

Apesar do pensamento de Louro ter sido desenvolvido 30 anos após a última edição do *Nós Mulheres*, as reflexões se aproximam, já que as discussões promovidas no jornal e condensadas nos editoriais continuam atuais e acabam por refletir o quanto que o pensamento feminista construído pelo veículo impactou as reflexões posteriores. Assim, o jornal pode ser compreendido como um marco da década de 1970 para além da ousadia jornalística frente ao contexto no qual ele existiu, por abrir perspectivas sobre gênero e sexualidade quando o debate era ainda extremamente inóspito.

Para Louro (2008), essas transformações no modo de viver e de se informar “constituem novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, num primeiro momento, não as experimentam de modo direto” (2008, p. 20). Para a autora, uma das consequências disso é a afirmação de uma nova política cultural – a política das identidades, que começa a ser desenhada no final dos anos 1960.

Muito especialmente a partir dos anos 1960, jovens, estudantes, negros, mulheres, as chamadas "minorias" sexuais e étnicas passaram a falar mais alto, denunciando sua inconformidade e seu desencanto, questionando teorias e conceitos, derrubando fórmulas, criando novas linguagens e construindo novas práticas sociais (Louro, 2008, p. 20).

De acordo com a autora (2008), “uma série de lutas ou uma luta plural” (p. 20) passou a ser “protagonizada por grupos sociais tradicionalmente subordinados” (p. 20), e essas lutas privilegiavam a cultura como palco do embate. Para Louro (2008), o propósito dessa luta consistia em tornar visíveis *outros* modos de viver, ou seja, os próprios modos desses grupos tradicionalmente subordinados e “suas estéticas, suas éticas, suas histórias, suas experiências e suas questões” (p. 20). A autora ainda resume que a partir da década de 1960 “desencadeava-se uma luta que, mesmo com distintas caras e expressões, poderia ser sintetizada como a luta pelo direito de falar por si e de falar de si” (Louro, 2008, p. 20).

Ao falar dessas lutas que privilegiam a cultura como espaço de discussão e embate, outro autor que podemos citar é Stuart Hall (1997), um importante sociólogo, interacionista e estruturalista, que foi um dos fundadores dos Estudos Culturais Britânicos. Hall (1997, p. 20) afirma que “a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica do novo milênio”. Para o

autor, uma consequência dessa movimentação é que "as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma 'política cultural' (Hall, 1997, p. 20).

Louro (2008) explica os movimentos sociais organizados (dentre eles o movimento feminista e os das "minorias" sexuais) perceberam que "o acesso e o controle dos espaços culturais, como a mídia, o cinema, a televisão, os jornais, os currículos das escolas e universidades, eram fundamentais" (p. 20), pois há uma mudança de perspectiva e uma busca por apropriação dos sentidos produzidos:

A voz que ali se fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual. Ao longo da história, essa voz falara de um modo quase incontestável. Construía representações sociais que tiveram importantes efeitos de verdade sobre todos os demais. Passamos, assim, a tomar como verdade que as mulheres se constituíam no "segundo sexo" ou que *gays*, *lésbicas*, *bissexuais* eram sujeitos de sexualidades "desviantes". Por tudo isso, colocava-se, como uma meta urgente para os grupos submetidos, apropriar-se dessas instâncias culturais e aí inscrever sua própria representação e sua história, pôr em evidência as questões de seu interesse. A luta no terreno cultural mostrava-se (e se mostra), fundamentalmente, como uma luta em torno da atribuição de significados - significados produzidos em meio a relações de poder (Louro, 2008, p. 20-21).

Com isso, Louro (2008) evidencia que houve uma apropriação – a bem dizer, positiva – dos meios de comunicação e culturais. O jornal *Nós Mulheres* é um exemplo dessa apropriação dos meios de comunicação, cooptado pelas jornalistas para fazer dele um espaço de diálogo e reivindicações, o palco de embate no qual Louro (2008) se referia ao falar dos protagonistas das lutas dos grupos sociais tradicionalmente subordinados e que direcionaram o embate para o palco da cultura.

Projetando para a década de 2000-2010, Louro (2008, p. 21) reflete sobre como "esse embate, como qualquer outro embate cultural, é complexo exatamente porque está em contínua transformação". Para a pesquisadora, naquele momento (contexto da primeira década do século XXI), o grande desafio no terreno dos gêneros e da sexualidade, não parecia ser uma questão de aceitar que as posições se tenham multiplicado, apenas:

Então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas, e – o que é ainda mais complicado - admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a [sic] fronteira (Louro, 2008, p. 21).

Louro (2008) afirma que o embate cultural se dá de forma sutil, e, assim, requer um olhar igualmente sutil. Para isso, é necessário perceber os modos como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade e a posição da diferença, isto é, saber quem é reconhecido como “sujeito normal, adequado, sadio” e quem se diferencia disso.

Assim, Louro (2008, p. 21) afirma que “as noções de norma e de diferença se tornaram particularmente relevantes na contemporaneidade”. É preciso refletir sobre seus possíveis significados. Para melhor explicar o processo de compreender as noções de norma e diferença na contemporaneidade, Louro evoca Foucault (1988) para quem a norma está inscrita entre as “artes de julgar”, isto é, a norma é um princípio de comparação. Para a autora, a norma tem relação com o poder, mas sua relação não se dá pelo uso da força, e sim por meio de uma espécie de lógica quase invisível. Portanto, a norma “não emana de um único lugar, não é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda a parte” (Louro, 2008, pg. 22).

A autora relata que a norma está explicitada através de recomendações “repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos” (Louro, 2008, pg. 22). A norma se torna tão infiltrada no cotidiano que o resultado disso é a naturalização dela, enquanto a diferença se torna um “atributo que só faz sentido ou só pode se constituir em uma relação” (Louro, 2008, pg. 22). “A diferença não pré-existe nos corpos dos indivíduos para ser simplesmente reconhecida” nos diz Louro (2008, p. 22), mas tal diferença é atribuída a um outro sujeito quando relacionamos esse outro sujeito a um outro que é considerado a referência. A conclusão da autora sobre isso é:

Portanto, se a posição do homem branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição-de-sujeito ou a identidade referência, segue-se que serão “diferentes” todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem. A posição “normal” é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente, invisível. Não é preciso mencioná-la. Marcadas serão as identidades que dela diferirem. (Louro, 2008, p. 22)

Para Louro, “é no interior da cultura e de uma cultura específica que características materiais adquirem significados”, e por isso, a diferença não é natural, mas naturalizada, porque “a diferença é produzida através de processos discursivos e culturais” (2008, p. 22). Para a autora, aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos de vários setores da sociedade:

[...] da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. (Louro, 2008, p. 22-23).

A discussão iniciada no *Nós Mulheres* mostrava que a diferença era possível. O papel das mulheres não precisava ser o mesmo. A forma de se relacionar com a família, com o trabalho, com a sociedade, não precisava seguir sempre a mesma referência a ser copiada. Outras possibilidades eram possíveis. E, hoje, na contemporaneidade, essas possibilidades se ampliaram.

Já Monique Wittig é uma autora que aprofunda ainda mais o pensamento feminista a partir da frase de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para Wittig (2019), “um enfoque feminista materialista da opressão feminina rompe com a ideia de que mulheres são um ‘grupo natural’” (Wittig, 2019, p. 83). A autora assinala as contribuições das lésbicas para o movimento feminista e traz apontamentos para uma atualização do feminismo. Wittig afirma que “por sua própria existência, a sociedade lésbica destrói o fato (social) artificial que constitui as mulheres como um ‘grupo natural’” (2019, p. 83), já que “uma sociedade lésbica revela pragmaticamente que a divisão criada pelos homens da qual as mulheres têm sido objeto é política e mostra que fomos reconstruídas ideologicamente como ‘grupo natural’” (p. 83). Isto é, para a autora, nossos corpos e nossas mentes são produtos de uma manipulação da ideia de gênero como um “grupo natural”, e isso só produz opressões para as mulheres.

Wittig (2019) sustenta que é necessário destruir o “mito” de “mulher”, a partir de uma leitura atualizada de Beauvoir. Para ela, perdura ainda hoje, inclusive entre a maioria das feministas e das feministas-lésbicas a ideia de que “a base da opressão das mulheres é tanto *biológica quanto histórica*” (2019, p. 84). Ela critica, inclusive a crença no matriarcado, onde as mulheres criam a civilização, enquanto os homens são grosseiros, brutais e caçam. Para a teórica, isso é “equivalente à interpretação de viés biológico da história produzida até agora pela classe dos homens” (Wittig, 2019, p. 84).

O matriarcado não é menos heterossexual do que o patriarcado: só o gênero do opressor é que muda. Além disso, não apenas tal concepção está ainda aprisionada nas categorias de gênero (mulher e homem), mas se prende à

ideia de que a capacidade de parir (biologia) é o que define uma mulher (Wittig, 2019, p. 84).

Wittig sustenta que “as mulheres terão que se abstrair da definição ‘mulher’ que lhes é imposta” (2019, p. 85). Assim, “um enfoque feminista materialista mostra que o que tomamos por causa ou origem da opressão é de fato apenas a *marca* imposta pelo opressor” (2019, p. 85). Para a autora, o *gênero* é considerado como um *dado imediato*, um *atributo físico*, da mesma forma que o conceito de raça adota:

Mas o que nós acreditamos ser uma percepção física e direta é apenas uma construção sofisticada e mítica, uma ‘formação imaginária’, que reinterpreta atributos físicos (em si mesmos tão neutros quanto quaisquer outros, mas marcados pelo sistema social) por meio da rede de relacionamentos na qual eles são percebidos. (Eles são vistos como negros, portanto são negros; elas são vistas como mulheres, portanto são mulheres. Mas antes de serem vistos assim, eles primeiro tiveram que ser feitos assim.) (Wittig, 2019, p. 85).

A autora recupera que antes do movimento de libertação das mulheres, era “artificial, forçado e totalmente opressivo e destrutivo” (2019, p. 85) ser “mulher”, o que era ainda mais repressivo para as lésbicas. Para Wittig, “era uma repressão política, e aquelas que resistiam eram acusadas de não serem mulheres ‘de verdade’” (Wittig, 2019, p. 85), mas isso era um orgulho, já que a acusação mostrava um esboço de vitória, uma vez que o opressor declarava que “mulher” não é algo inequívoco, evidente. Ao mesmo tempo, as lésbicas foram acusadas de quererem ser homens. Entretanto, Wittig assinala, lamentando:

Hoje essa dupla acusação foi retomada com entusiasmo no contexto do movimento de liberação das mulheres por algumas feministas e também, infelizmente, por algumas lésbicas cujo objetivo político parece ser, de certa forma, tornarem-se mais e mais “femininas”. Recusar-se a ser uma mulher, no entanto, não significa que a pessoa tem que se tornar um homem (Wittig, 2019, p. 85-86).

Wittig problematiza que “algumas vias do movimento feminista e lésbico nos levam de volta ao mito da mulher que os homens criaram especialmente para nós, e com isso nós afundamos de novo em um grupo natural” (Wittig, 2019, p. 86). Para ela, depois de termos “nos erguido para lutar por uma sociedade sem gênero, agora nos vemos presas na conhecida armadilha de que ‘mulher é maravilhoso’” (2019, p. 86). Wittig (2019), aponta, inclusive, que Simone de Beauvoir destacou para a “falsa consciência que consiste em escolher entre as características do mito [...] aquelas que parecem boas e usá-las como uma definição para mulheres” (p. 86).

Isto, é, conforme Wittig (2019), o conceito “mulher é maravilhoso”, define as mulheres a partir do uso das “melhores características”, mas essas características nos foram “concedidas” pela opressão (p. 87), e dessa forma, esse conceito “não questiona de forma radical as categorias ‘homem’ e ‘mulher’, que são categorias políticas e não dados naturais” (Wittig, 2019, p. 87). Wittig aponta que o grande problema nisso é nos colocar “em uma posição de lutar dentro da classe ‘mulheres’ não como fazem outras classes, pelo desaparecimento da nossa classe, mas pela defesa da ‘mulher’ e seu reforço” (2019, p. 87). Wittig (2019) aponta que as mulheres começaram a lutar por si mesmas como grupo e consideraram corretamente que compartilhavam características comuns como resultado da opressão. Mas para elas essas características eram naturais e biológicas mais do que sociais. Chegaram a adotar a teoria darwinista de evolução.

Porém, Wittig (2019) elucida que as mulheres não acreditavam, como Darwin, que eram menos evoluídas do que os homens, elas “acreditavam que as naturezas de macho e fêmea tinham se bifurcado no decorrer do desenvolvimento evolutivo e que a sociedade em geral refletiu essa polarização” (Rosenberg, 1975, p. 144 *apud* Wittig, 2019, p. 87). Para Wittig (2019, p. 87), “o fracasso do início do feminismo se deve ao fato de que ele só atacou a acusação darwinista de inferioridade feminina, aceitando as bases dessa acusação – a saber, a visão da mulher como ‘única’”.

A pesquisadora afirma que “as primeiras feministas tinham fracassado em considerar a história como um processo dinâmico que se desenvolve com base em conflitos de interesses” (2019, p. 87-88). Com isso, para a ela, após algumas vitórias, “as feministas dessa primeira frente de batalha se viram diante de um impasse por falta de razões para lutar” (2019, p. 88). Para a teórica, as mulheres acreditam no “mito da mulher” e essa armadilha volta a nos ameaçar. Conforme a autora, para romper com essa ideia:

É nossa tarefa histórica, e não apenas nossa, definir o que chamamos de opressão em termos materialistas, tornar evidente que as mulheres são uma classe. Isso significa dizer que a categoria “mulher” assim como a categoria “homem” são categorias políticas e econômicas e não categorias eternas (Wittig, 2019, p. 88).

Para isso, Wittig sugere que a “nossa primeira tarefa, ao que parece, é desassociar completamente ‘mulheres’: (a classe dentro da qual lutamos) de ‘mulher’, o mito” (2019, p. 88), já que “mulher” é apenas uma formação imaginária, enquanto

“mulheres” são “o produto de uma relação social” (p. 88). Wittig (2019) aponta que “mulher’ não é cada uma de nós, mas sim a formação política e ideológica que nega ‘mulheres’ (o produto de uma relação de exploração)” (p. 88). Por isso, para se tornarem uma classe, é preciso matar o mito “mulher”. A autora aponta que a conscientização das mulheres como uma classe não implica em esquecer as subjetividades de cada mulher:

Para nos tornarmos uma classe, não temos que suprimir nossas individualidades, e como nenhum indivíduo pode ser reduzido à sua opressão, nós também somos confrontadas com a necessidade histórica de nos constituir como sujeitos individuais de nossa história também. [...] Pois, quando se reconhece a opressão, é preciso conhecer e experimentar o fato de que uma pessoa pode constituir a si mesma como sujeito (em oposição a objeto de opressão), que uma pessoa pode se tornar *alguém* apesar da opressão, que cada um possui sua própria identidade. (Wittig, 2019, p. 88-89).

Wittig (2019) frisa que “não existe luta possível para alguém privado de identidade, não existe motivação interna para lutar, uma vez que, embora eu só possa lutar com outros, primeiro eu luto por mim mesma” (p. 89).

A autora também afirma que “somos nós que historicamente temos que assumir a tarefa de definir o sujeito individual em termos materialistas” (Wittig, 2019, p. 90), por isso, é preciso “reconhecer a necessidade de alcançar a subjetividade no abandono por muitas de nós do mito ‘mulher’” (2019, p. 91), já que este mito é “apenas uma armadilha que nos atrasa” (p. 91). Para ela, a “necessidade real de que todos existam como indivíduos, assim como membros de uma classe, é talvez a primeira condição para a realização de uma revolução, sem a qual não pode haver luta verdadeira ou transformação” (Wittig, 2019, p. 91), mas o movimento contrário também acontece. Ou seja, sem classe e consciência de classe não há sujeitos reais, só indivíduos alienados. Para a resolução da questão, ela sugere:

Para as mulheres resolverem a questão do sujeito individual em termos materialistas, elas precisam primeiro mostrar, como as lésbicas e as feministas fizeram, que problemas supostamente “subjetivos”, “individuais” e “privados” são de fato problemas sociais, problemas de classe; que a sexualidade não é para as mulheres uma expressão individual e subjetiva, mas uma instituição social de violência (Wittig, 2019, p. 91).

Para a autora, “uma nova definição pessoal e subjetiva para toda a humanidade só pode ser encontrada fora da categoria de sexo (homem e mulher)” (Wittig, 2019, p. 91). Para ela, também, o surgimento de sujeitos individuais “exige primeiro a

destruição das categorias de sexo, o fim do uso dessas categorias e a rejeição de todas as ciências que ainda usam essas categorias como base” (Wittig, 2019, p. 91).

Assim, é possível resumir que para Wittig (2019) é preciso colocar todas as forças na “destruição da classe de mulheres dentro da qual os homens se apropriam das mulheres” (p. 92). Para a pensadora, isso só pode ser atingido “pela destruição da heterossexualidade como um sistema social baseado na opressão das mulheres pelos homens e que produz a doutrina da diferença entre sexos para justificar a opressão” (Wittig, 2019, p. 92). Wittig é uma autora que ajuda a pensar na superação de questões explicitadas pelo jornal *Nós Mulheres*, aprofundando a forma como as editoras tratam sobre “mulher”.

Outra autora que contribui para reflexão sobre o feminismo é Constância Lima Duarte, que explica que diferentemente do que aconteceu em outros países, no Brasil existe uma forte resistência em torno do uso da palavra “feminismo” (Duarte, 2019, p. 25). Para a pesquisadora, é inexplicável a desconsideração em relação ao termo feminismo, por parte de alguns formadores de opinião pública, como um “movimento legítimo que atravessou várias décadas e transformou a relação entre homens e mulheres” (Duarte, 2019, 25). Para ela, pode-se dizer que “a vitória do movimento feminista é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais se tornaram parte integrante da sociedade” (2019, p. 25). Duarte cita direitos como a mulher poder frequentar a universidade, escolher sua profissão, receber salários iguais e candidatar-se ao que quiser.

Na época em que o movimento feminista surgiu no Brasil, os direitos citados por Duarte (2019) eram considerados um “sonho utópico”, mas hoje estão incorporados ao cotidiano da mulher brasileira e ninguém pode imaginar um cenário diferente, apesar de salários iguais ainda não estarem plenamente efetivados, mesmo com leis obrigando a prática. Essas vitórias e conquistas das mulheres são resultado da luta do movimento feminista.

A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não apenas promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal-amada, machona, feia, em total oposição à ideia do “feminino” (Duarte, 2019, p. 26).

Duarte (2019) alerta para reação antifeminista, desencadeada propositalmente para promover o desgaste de quem se intitulava feminista. A ideia era transformar a imagem das mulheres “feministas” em sinônimo de “mulheres mal-amadas, machona,

feia” (2019, p.26). Essa estratégia acabou por impactar o conhecimento das gerações posteriores, pois muitas não tiveram acesso a história, aos nomes das pioneiras, das dificuldades da luta das mulheres que denunciaram a discriminação. Para a pesquisadora, “provavelmente, por receio de serem rejeitadas ou de ficarem ‘malvistas’, muitas de nossas escritoras, intelectuais, e a brasileira de modo geral”, recusaram o título de feministas (Duarte, 2019, p. 26).

É importante assinalar, conforme frisa Duarte (2019), que se a história do feminismo é pouco conhecida, deve-se também ao fato de ser pouco contada. A autora explica que bibliografia referente ao tema é “limitada, fragmentada, se dividindo entre análises sobre os anos 1930 e a luta pelo voto, ou sobre os anos 1970 e as conquistas mais recentes” (Duarte, 2019, p. 26). Ela também explica que na maior parte das vezes, “entende-se como feminismo apenas o movimento articulado de mulheres em torno de determinadas bandeiras; e tudo o mais fica relegado a notas de rodapé” (2019, p. 26).

Pois o feminismo, a meu ver, deveria ser compreendido em um sentido mais amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo. Somente então será possível valorizar os momentos iniciais dessa luta - contra os preconceitos mais primários e arraigados - e considerar aquelas mulheres que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas (Duarte, 2019, p. 26).

Para Duarte (2019), a história do feminismo teve início nas primeiras décadas do século XIX e que é possível dividir essa trajetória em pelo menos quatro momentos áureos. Esses momentos não são estanques e estão sujeitos a fluxo e refluxo e, por isso, são conhecidos como “ondas”, já que se “iniciam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente), se avolumam em direção ao clímax - o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar” (Duarte, 2019, p. 26).

De acordo com a pesquisadora, as décadas em que esses quatro momentos obtiveram maior visibilidade e, com isso, estiveram mais próximos da concretização de suas bandeiras, seriam em torno de 1830, 1870, 1920 e 1970.

Foram necessários, portanto, cerca de cinquenta anos entre uma e outra, com certeza ocupados por um sem-número de pequenas movimentações de mulheres, para permitir que as forças se somassem e mais uma vez fossem

capazes de romper as barreiras da intolerância, abrindo novos espaços (Duarte, 2019, p. 27).

O primeiro momento acontece quando se inicia o século XIX, e a maior parte das mulheres brasileiras “viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural” (Duarte, 2019, p. 27). Por isso, a primeira bandeira a ser levantada não poderia ser outra: o direito básico de aprender a ler e escrever – até então, apenas homens tinham direito a essa possibilidade. A autora conta que a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções para educação de mulheres se restringiam “a alguns poucos conventos que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas das prendas domésticas” (2019, p. 27).

Também, segundo Duarte (2019), as primeiras e poucas mulheres que tiveram acesso a essa educação diferenciada tiveram como tarefa estender os benefícios do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que defendia a ideia de que mulher não necessitava saber ler nem escrever. A autora traz à discussão a pesquisadora Zahidé Muzart, ao falar sobre as mulheres do século XIX escritoras. Muzart (2003, p. 267 *apud* Duarte, 2019, p. 27) afirma que as mulheres que escreveram naquela época, “que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão”. Dessa forma, para Muzart, “a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente” (Muzart, 2003, p. 267 *apud* Duarte, 2019, p. 27).

Duarte (2019) rememora a escritora Nísia Floresta, que viveu entre 1810 e 1885, e que foi uma das “primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada ‘grande’ imprensa” (2019, p. 28). O primeiro livro de Nísia foi *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, publicado em 1832. Este livro foi, também, o primeiro livro no país a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito. Segundo Duarte (2019), por esse motivo, a publicação deve ser considerada o *texto fundante* do feminismo no Brasil.

Duarte (2019) relata que, para Nísia Floresta, a herança cultural portuguesa é a origem do preconceito no Brasil. Além disso, a escritora do século XIX, ridiculariza a ideia dominante da superioridade masculina. Conforme a leitura de Duarte (2019),

para Nísia, as desigualdades vêm da educação e circunstâncias de vida, o que antecipa a noção de gênero como uma construção sociocultural” (Duarte, 2019, p. 28).

A pesquisadora explica que o pensamento de Nísia é “uma espécie de *antropofagia libertária*” (2019, p. 29), já que assimilava concepções estrangeiras e devolveu um produto pessoal. Assim, Duarte (2019) assinala que a marca diferenciadora desse momento histórico do feminismo no Brasil, mais do que os demais momentos, “vem de fora, não nasce entre nós” (p. 29), e que Nísia é importante principalmente por “ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa e feito a tradução cultural das novas ideias para o contexto nacional” (Duarte, 2019, p. 29).

Dentro desse momento histórico, Duarte explica que mesmo entre os jornais conhecidos por serem “jornais femininos”, “apenas existiam uns poucos periódicos dirigidos por homens mais sensíveis às mudanças de comportamento social, e que se apressavam em oferecer publicações especialmente *pasteurizadas* para o público feminino” (Duarte, 2019, p. 30).

Foi apenas em meados do século XIX que os primeiros jornais dirigidos por mulheres começaram a surgir. De acordo com a pesquisadora, “críticos se manifestam vivamente, considerando as publicações que eram desde sempre expressões de uma imprensa secundária, inconsistente e supérflua, pois destinavam-se ao segundo sexo” (Duarte, 2019, p. 30), mas, ainda assim, diz que o que ela chama de “páginas artesanais”, “contribuíram para a construção da identidade feminina” (2019, p. 30).

Em 1852, ainda no primeiro momento histórico do movimento feminista no Brasil, é publicado, no Rio de Janeiro, o *Jornal das Senhoras*, produzido por uma argentina radicada na então capital brasileira, chamada Joana Paula Manso de Noronha. Duarte (2019) aponta que o editorial do primeiro número expunha o firme propósito de incentivar as mulheres a se ilustrarem e a buscarem emancipação moral e social, além do fato de Joana “acreditar na inteligência feminina e querer convencer a todos que Deus deu uma alma igual ao homem e a mulher (2019, p. 30). Conforme Duarte (2019), para a fundadora do *Jornal das Senhoras*, “a elite brasileira não poderia ficar isolada ‘quando o mundo inteiro marcha ao progresso’” (p. 30).

Para Duarte (2019), o pioneirismo do *Jornal das Senhoras* representou um decisivo passo na longa trajetória das mulheres em direção à superação de seus receios e à conscientização acerca de seus direitos. Por último, neste primeiro momento, Duarte (2019) cita a existência do jornal *O belo sexo*, publicado também no

Rio de Janeiro, em 1852, através de Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, editora do periódico.

No primeiro número da publicação, Júlia declara estar consciente do pioneirismo de sua iniciativa e sua crença inabalável na capacidade intelectual da mulher. A novidade desse periódico está no incentivo feito às colaboradoras para assinarem seus trabalhos e participarem efetivamente do jornal, discutindo entre si os temas a serem publicados. Como eram mulheres da classe alta, faziam questão de divulgar que o lucro da venda do jornal era entregue à Imperial Sociedade Amante da Instrução, uma instituição de caridade voltada para órfãos (Duarte, 2019, p. 31).

O segundo momento de expressão das mulheres no Brasil surge por volta de 1870, e se caracteriza principalmente pelo espantoso número de jornais e revistas de feição nitidamente feminista, editados no Rio de Janeiro e em outros pontos do país. Duarte (2019) destaca, entre diversas manifestações, o periódico *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, um jornal que teve uma longa vida e fez sucesso. Duarte relata que pesquisas apontam que o periódico teve três fases: na primeira, foi publicado de 1873 a 1875, em Campanha da Princesa, Minas Gerais, já com a surpreendente tiragem de oitocentos exemplares e assinantes em diferentes cidades; a segunda fase acontece no Rio de Janeiro, de 1887 a 1889, para onde Francisca Senhorinha se mudou com a filha, tornando-se um jornal conceituado junto à Corte.

Em seus artigos, Francisca Senhorinha alertava às mulheres que o "grande inimigo" era a "ignorância de seus direitos", que "a ciência dos homens" se encarregava de manter. E que apenas com a instrução seria possível "quebrar as cadeias que desde séculos de remoto obscurantismo nos rodeiam". O sucesso do periódico pode ser avaliado quando se sabe que foram impressos mais 4 mil exemplares dos primeiros dez números para atender aos ilustres novos assinantes do Rio de Janeiro, como o imperador d. Pedro II a Princesa Isabel (Duarte, 2019, p. 32).

A terceira fase dá-se após a Proclamação da República, quando Francisca Senhorinha muda o nome do jornal para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, e passa a defender com mais ênfase o direito das mulheres ao estudo secundário e ao trabalho, e a denunciar a educação mesquinha oferecida às meninas. Esta fase encerra-se em 1896 (Duarte, 2019).

Outros jornais feministas marcaram a época. Duarte (2019), inclusive, reflete sobre como este segundo período, em função do número de produções jornalísticas, pode ser considerado "menos literário e mais jornalístico" (Duarte, 2019, p. 31). A

autora recupera o jornal *Echo das Damas*, que circulou no Rio de Janeiro entre 1875 e 1885, e defendia a igualdade e o direito da mulher à educação, além de divulgar as realizações femininas em outros países.

Mais dois jornais feministas foram destacados por Duarte (2019): *O Domingo* e o *Jornal das Damas*, ambos de 1873, e que além dos conselhos sobre a vida doméstica, das receitas e as novidades da moda, junto às emoções do romance-folhetim e dos poemas, tais publicações também traziam “artigos clamando pelo ensino superior e o trabalho remunerado” (Duarte, 2019, p. 32). Estes jornais traziam ideias precursoras para a época, como as elucidadas nas seguintes frases: “a dependência econômica determina a subjugação” e “o progresso do país depende das mulheres”, ditas pelas “incansáveis jornalistas que queriam convencer as leitoras de seus direitos à propriedade e ao trabalho profissional” (2019, p. 32).

Duarte (2019) também dá um espaço especial para a jornalista Josefina Álvares de Azevedo (1851-1905), que, com mais ênfase, questionou a construção ideológica do gênero feminino e exigiu mudanças radicais na sociedade. Josefina dirigiu o jornal *A Família* entre 1888 e 1897, primeiro em São Paulo, depois no Rio de Janeiro, e se destacou principalmente pelo “tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, questionando a tutela masculina e testemunhando momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos” (Duarte, 2019, p. 33). Josefina trabalhou à frente do jornal, “sendo incansável na denúncia da opressão e nos protestos pela insensibilidade masculina por não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto” (2019, p. 33).

Josefina Álvares foi uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto feminino e à cidadania no Brasil, tendo escrito e encenado a peça *O voto feminino* em 1878. Desde 1877, ela viajava pelo país “espalhando a palavra” do sufrágio e divulgando o jornal. De acordo com Duarte (2019, p. 33), Josefina lançou uma campanha nacional a favor do sufrágio e “nessa empreitada, conquistou tanto adeptas para suas causas como inimigos rancorosos que a perseguiram implacavelmente através da imprensa” (p. 33).

A pesquisadora também aponta que apesar de o Rio de Janeiro – capital do então Império – concentrar o maior número de periódicos feministas, esse tipo de produção não ficou limitado à esta cidade:

[...] as demais regiões também tiveram publicações significativas, como O *Corimbo*, de Porto Alegre, das irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro. Como o jornal teve uma vida surpreendentemente longa – foi publicado de 1884 até 1944 -, encontra-se em suas páginas a produção literária de várias gerações de escritoras e escritores. Os editoriais, geralmente assinados por Revocata Melo, costumavam trazer veementes apelos a favor do voto, da educação superior e da profissionalização feminina. O *Corimbo* foi incansável na mobilização das mulheres e na divulgação dos avanços em outros países, sempre incentivando as conterrâneas a fazerem o mesmo (Duarte, 2019, p. 33).

Duarte (2019) também cita a revista *A Mensageira*, que circulou na capital paulistana de 1897 a 1900, como uma importante participação na luta das mulheres brasileiras. A pesquisadora afirma que *A Mensageira* esteve no cenário nacional tanto pela ampla distribuição como pelas ideias que defendia e pelas escritoras que colaboraram na revista, “em praticamente todas as edições se pode encontrar a defesa da educação superior e textos divulgando o feminismo (2019, p. 34).

Ao citar um texto publicado na revista *A Mensageira* em outubro de 1899, Duarte (2019), explica que são dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários. Em contrapartida, porém, Duarte (2019) explica que “a resistência e a profissionalização das mulheres da classe alta e da classe média permanecia inalterada” (2019, p. 34), já que se esperava que as mulheres se dedicassem em tempo integral ao lar e à família.

Para Duarte (2019), essa época frutífera tanto para o movimento feminista como para a imprensa e literatura brasileira, acabou por criar um instrumento indispensável para a conscientização feminina:

Movida por uma mesma força e um mesmo idealismo, essa imprensa terminou por criar - concretamente - uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, e por configurar-se como instrumento indispensável para a conscientização feminina. Nas lúcidas palavras de Dulcília Buitoni, tais jornais e revistas tornaram-se um eficaz canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, tendo exercido ainda uma função ‘conscientizadora, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer” (Duarte, 2019, p. 35).

Com toda essa movimentação do movimento feminista nos jornais, na literatura e na vida social como um todo, Duarte (2019) aponta que era de se esperar o tamanho da onda que se seguiria. Dessa forma, a autora trata do surgimento da terceira onda – que pode começar a ser percebida a partir do começo do século XX. Duarte “nomeia” esse terceiro momento como “rumo à cidadania”:

O século XX já inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias (Duarte, 2019, p. 35).

Para este momento, Duarte (2019) cita Bertha Lutz (1894-1976) e considera ela como uma das mais expressivas feministas daquele momento no Brasil, através de “incansável discurso” e “nas audiências com parlamentares, e na redação de textos inflamados, como o que publicou na *Revista da Semana*, em 1918, denunciando a opressão das mulheres” (2019, p. 35). Bertha canalizou diversos esforços feministas em uma associação – a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que “se disseminou em praticamente todos os estados brasileiros e resistiu por quase cinquenta anos” (Duarte, 2019, p. 35).

Em 1918, também, outro nome feminino se destacava na luta pela emancipação feminina: Maria Lacerda de Moura (1887-1945), que publicou o livro *Em torno da educação*. Nesse livro, Maria Lacerda de Moura reafirma a instrução como fato indispensável para a transformação da mulher. Juntas, Bertha e Maria fundaram a Liga da Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação fundada por Bertha (Duarte, 2019).

Através do texto de Duarte (2019), é possível inferir que Maria Lacerda era uma mulher à frente de seu tempo, que propôs, enquanto esteve na presidência da Federação Internacional Feminina, a inclusão no currículo das escolas femininas da disciplina “História da mulher, sua evolução e missão social”, além de ser “adepta do amor livre, a favor da educação sexual e contra a moral vigente” (2019, p. 36).

Na terceira onda, a década de 1920 foi particularmente pródiga na movimentação de mulher:

Além de um feminismo burguês e bem comportado que logrou ocupar a grande imprensa, com suas inflamadas reivindicações, o período foi marcado pelo surgimento de nomes vinculados a um movimento anarcofeminista, que propunha a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária, mas discordavam quanto à representatividade feminina ou à ideia do voto para a mulher (Duarte, 2019, p. 36).

A primeira mulher deste período a ter sua vida revisitada pela autora é Leolinda Daltro, “líder de um grupo de feministas que optou por ocupar espaços públicos e chamar sempre a atenção para suas reivindicações” (Duarte, 2019, p. 36). Leolinda

fazia “passeatas barulhentas” para exigir o voto feminino. Leolinda passou a ser um símbolo de ameaça para os antifeministas do Senado, da Câmara e da imprensa, que se “uniram em uma campanha sistemática de ridicularização das mulheres e dos poucos homens que as apoiavam” (2019, p. 36). Com esse movimento de ridicularização da pauta e de quem a reivindicava, o processo do sufrágio acabou sendo atrasado e arrastado para a campanha do voto até 1928. Duarte (2019) relata que os argumentos contra o direito das mulheres continuavam os mesmos: “expressavam a concepção masculina de família, de lar doméstico – onde a mulher era ‘rainha’ – e dos ‘sagrados’ deveres femininos, considerados incompatíveis com qualquer participação na esfera pública” (2019, p. 37).

Para Duarte (2019), outra personagem que merece destaque na história da luta das mulheres no Brasil é Ercília Nogueira Cobra (1891-1938), uma escritora que lançou seu primeiro livro no importante ano da Semana de Arte Moderna (1922). Sua estreia foi com a obra *Virgindade inútil: novela de uma revoltada* (1922). O título provocador já era um indício do debate e da crítica que iria receber. Ercília também publicou *Virgindade anti-higiênica: preconceitos e convenções hipócritas* (1924) e *Virgindade inútil e anti-higiênica: novela libelística contra a sensualidade egoísta dos homens* (1931). Duarte conta que Ercília foi detida diversas vezes pelo Estado Novo, chegando a ser presa por causa das suas ideias (Duarte, 2019, p. 37).

Outro nome importante é o da acadêmica de Direito Diva Nolf Nazário. Diva também era secretária da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino. Nazário “lançou em 1923 o livro *Voto feminino e feminismo*, contando uma importante página desta história” (Duarte, 2019, p. 37). Nesse livro, Diva Nolf “reproduz inúmeros artigos a respeito do voto e dos direitos políticos da mulher que haviam sido publicados na imprensa” (Duarte, 2019, p. 37). Os artigos vieram de periódicos como *A Cigarra*, *Vida Moderna*, *Jornal do Commercio* e *Revista Feminina*.

Como Duarte (2019) explica, esse terceiro momento de efervescência do feminismo brasileiro é marcado pela luta pela cidadania, e o voto é um dos instrumentos para a efetivação desta. Portanto, o direito ao voto é um dos direitos mais almejados pelas mulheres brasileiras neste momento. Duarte (2019) explica que esse direito começa a ser reconhecido primeiramente pelo estado do Rio Grande do Norte, em 1927, quando o governador Juvenal Lamartine se antecipou à União e deu o direito ao voto às mulheres, “para regozijo nacional das feministas” (Duarte, 2019, p. 37). É interessante destacar que o estado do Rio Grande do Norte é a terra de Nísia

Floresta, escritora feminista pioneira destacada anteriormente. O acontecimento, acabou por provocar uma agitação ainda maior por parte das feministas à nível nacional:

Imediatamente, as mais combativas militantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em todos os estados em que estava representada, ocuparam as tribunas para aclamar a iniciativa e exigir o mesmo direito. É lançado um manifesto à nação, ora chamado de "Manifesto Feminista", ora de "Declaração dos Direitos da Mulher", assinado por Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Çelso, entre muitas outras mulheres de importantes famílias políticas, como Clotilde de Mello Vianna, a esposa do vice-presidente da República (Duarte, 2019, p. 37).

A Declaração/Manifesto fala que “as mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, seus direitos e deveres individuais” (Cardoso, 1981, p. 34 *apud* Duarte, 2019, p. 37). Com isso, “a supressão dos direitos de um acarretará, inevitavelmente, prejuízos ao outro, e, conseqüentemente, à nação” (Cardoso, 1981 *apud* Duarte 2019). A Declaração também afirma que:

Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes tendentes a restringir a mulher, a limitar a sua instrução, a entravar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social. A autonomia constitui o direito fundamental de todo indivíduo adulto. A recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral (Cardoso, 1981, p. 34 *apud* Duarte, 2019, p. 37-38).

No entanto, Duarte (2019) recapitula que apesar de toda movimentação feita pelas feministas, com passeatas, artigos nos jornais e conferências públicas, “foi preciso esperar alguns anos para que o direito ao voto feminino se tornasse realidade nacional” (2019, p. 38). A autora ressalta que, enquanto o voto feminino não era permitido no restante do país, no Rio Grande do Norte, no município de Lajes era possível assistir a eleição da primeira mulher prefeita: Alzira Soriano, em 1929, que “derrotou o adversário, um conhecido coronel da região, com 60% dos votos, e se tornou a primeira mulher prefeita da América do Sul” (Duarte, 2019, p. 38).

O direito ao voto para as mulheres no Brasil só chegou em 1932, quando o então presidente Getúlio Vargas “cedeu aos apelos e incorporou ao novo código eleitoral o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que os homens, excluindo

os analfabetos” (Duarte, 2019, p. 38). A pesquisadora também relembra que houve uma contraposição: “Vargas decidiu suspender as eleições e as mulheres só iriam voltar a exercer o direito conquistado na disputa eleitoral de 1945” (2019, p. 38). Isto é, apesar da permissão ser concedida em 1932, Vargas instaurou seu período ditatorial, o que fez com que as mulheres só pudessem participar das eleições efetivamente em 1945.

Nomes importantes para esse feminismo entrelaçado com a literatura e com contribuições em jornais são citados por Duarte (2019), como Gilka Machado (1893-1980), com seu livro de poemas eróticos *Meu glorioso pecado*, publicado em 1918, e considerado um escândalo por afrontar a moral sexual patriarcal cristã. Gilka “promoveu a ruptura dos paradigmas masculinos dominantes e contribuiu para a emancipação da sexualidade feminina” (Duarte, 2019, p. 39). Além de Gilka, temos Mariana Coelho, escritora que faz uma “importantíssima e lúcida contribuição à história intelectual da mulher brasileira, através do seu livro *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*, em 1933” (2019, p. 39), espaço onde Mariana faz uma retrospectiva do movimento feminista na Europa e no Brasil até aquele momento, e opina que a Primeira Guerra Mundial foi uma “mola propulsora” do movimento feminista. Mariana teve sua obra e vida estudada pela pesquisadora Zahidé Muzart, a quem a reconhece como “Beauvoir tupiniquim”, em referência à Simone de Beauvoir. (Duarte, 2019).

Raquel de Queiróz, expoente da literatura brasileira, também está entre as destacadas por Duarte (2019). Ao longo de sua obra, Raquel retrata personagens femininas com traços de emancipação, como em *O quinze*, com a personagem preferindo viver sozinha a ter um casamento tradicional, ou em *João Miguel*, onde as mulheres se entregam à libido e reagem ferindo à faca os homens que as abandonam com filhos pequenos, e ainda em *As Três Marias*, com as personagens vivendo diversos aspectos como a repressão sexual e a falta de perspectiva.

No entanto, Duarte (2019, p. 39) faz um importante apontamento ao falar que, apesar de toda importância dessas personagens mulheres em seus romances, Raquel de Queiróz “nunca vai admitir a legitimidade do movimento feminista” (p. 41). Além disso, conforme a pesquisadora Fernanda Coelho Mendes (2019), Raquel apoiou, colaborou e celebrou a ditadura militar de 1964, sendo amiga próxima dos ex-presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco e de Emílio Garrastazu Médici (Duarte, 2019).

Como último nome de destaque desse terceiro momento, Duarte (2019) chama a atenção para Adalzira Bittencourt (1904-1976), advogada, escritora e feminista. Adalzira organizou, em 1946, a Primeira Exposição do Livro Feminino, no Palace Hotel do Rio de Janeiro, onde obteve sucesso e repercussão na imprensa. Repetiu o evento no ano seguinte, em São Paulo, na Biblioteca Mário de Andrade, onde reuniu mais de mil livros de 560 escritoras. De acordo com Duarte (2019, p. 41), “os jornais registraram que pelo menos cem escritoras estiveram presentes” e o evento teve enorme sucesso junto ao público. Por último, Duarte classifica Adalzira Bittencourt como uma “incansável divulgadora da causa da mulher, sempre preocupada com a construção da memória feminina brasileira” (p. 41).

O quarto momento/onda feminista no país é pautado pela revolução sexual. A pesquisadora situa que esse momento se instala a partir da década de 1970, onde classifica que “o feminismo tem seu momento mais exuberante, aquele que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e transformar reivindicações mais ousadas em direitos conquistados” (Duarte, 2019, p. 41). Cabe lembrar que é neste momento que o jornal *Nós Mulheres* inicia seu trabalho, iniciando em 1974 e encerrando em 1976, e, apesar de um curto período de atividade, foi uma enorme contribuição para a imprensa mas também para a cultura e sociedade brasileira.

Em 1975, foi instituído o Ano Internacional da Mulher, que acabou por se estender “por todo o decênio (1975-1985), tal o estado de penúria da condição feminina, e tantas metas para eliminar a discriminação” (Duarte, 2019, p. 41). Nesse período (de 1975 a 1985), a autora pontua que houve um grande número de encontros e congressos de mulheres. A pesquisadora também cita uma data importante que surge nesse mesmo ano de 1975 e que tem relevância ainda na atualidade: o 8 de março, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que passou a ser comemorado em todo o Brasil de forma cada vez mais organizada. Eva Blay é apontada como a responsável pela escolha da data, que valoriza a luta das mulheres em consonância com o sacrifício das trabalhadoras estadunidenses, mulheres trabalhadoras de uma fábrica têxtil, em Nova York, que morreram carbonizadas em 8 de março de 1857. Para Duarte (2019), a data escolhida reforça a luta das mulheres de forma mundial. O *Nós Mulheres* cita a instituição de ambas as datas e a percepção que tinham sobre esses acontecimentos nos editoriais das edições 4 e 5.

Duarte (2019) ressalta que apesar de as mulheres estarem reunidas contra a discriminação sexual e pela igualdade de direitos em outros países, no Brasil o movimento teve suas particularidades:

[...] no Brasil, o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que as mulheres se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. Contudo, ainda assim, ao lado de tão diferentes solicitações, debateu-se muito a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto (Duarte, 2019, p. 42).

Para a pesquisadora, a reivindicação do próprio corpo “era o grande mote que recuperava, após mais de sessenta anos, as inflamadas discussões promovidas pelas socialistas e anarquistas do início do século XX” (Duarte, 2019, p. 42). Entravam na pauta para serem pensados como políticas públicas o planejamento familiar e o controle de natalidade, e “a pílula anticoncepcional torna-se o grande aliado do feminismo, ao permitir à mulher igualar-se ao homem no que toca à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso” (2019, p. 42). Ainda que a autora tenha razão naquele momento, hoje cabe pensar no apagamento das mulheres pretas e lésbicas e das tantas outras formas de viver a sexualidade, ainda que políticas nesse sentido sejam importantes, já que as mulheres desses grupos também sofreram e sofrem violências sexuais que resultam em gestações indesejadas. Para Duarte (2019), “o ‘ficar’ das atuais gerações parece ser o grande efeito comportamental desse quarto momento” (p. 42).

Ainda nesse contexto das décadas de 1970 e 1980, “surgiu novamente uma imprensa dirigida por mulheres, expressões e espaços que o momento demandava” (Duarte, 2019, p. 42). A autora aponta que em 1975 foi fundado o jornal *Brasil Mulher*, considerado por ela um “porta-voz do recém-criado Movimento Feminino pela Anistia” (2019, p. 42). Na sequência, a autora cita o *Nós Mulheres*, tema desta pesquisa, periódico que nasceu em 1976 e “logo se assumiu feminista e circulou por quase três anos”. Duarte (2019) assinala sobre esses dois jornais:

Os dois jornais enfrentaram as questões polêmicas daqueles tempos atribulados como a anistia, o aborto, a mortalidade materna, as mulheres na política, o trabalho feminino, a dupla jornada e a prostituição, trazendo ainda muitas matérias sobre o preconceito racial, a mulher na literatura, no teatro e no cinema (Duarte, 2019, p. 42).

A militante Maria Amélia de Almeida Teles (*apud* Duarte, 2019) afirma que o primeiro número do *Nós Mulheres* teria sido financiado por Elis Regina. Ao acessar o conteúdo das edições, é possível verificar que a segunda edição avisa aos leitores que esta foi financiada pela cantora, de fato. A primeira edição foi financiada por Ruth Escobar. Por ser um jornal coletivo, fruto do trabalho de uma Associação, a questão do financiamento é importante de ser ressaltada, já que era um impedimento para aumentar o fluxo de trabalho e alcance. Todas as edições tinham uma espécie de selo que poderia ser recortado e enviado junto com uma doação pelos Correios. Mas, voltando a figura de Elis Regina, é interessante ressaltar esse vínculo pois, segundo Duarte (2019), a cantora – que faleceu em 1982 – “também é identificada com o ideário feminista” (2019, p. 42) e alcançou o título de maior intérprete musical do país.

O texto de Duarte também sublinha a publicação *Mulherio*, criada em 1981, em São Paulo, por iniciativa de feministas ligadas à Fundação Carlos Chagas (instituição que mantém arquivadas e disponibilizadas todas as edições do *Nós Mulheres*). Duarte explica que o jornal *Mulherio* “alcançou rapidamente enorme prestígio nos meios universitários, e no seu terceiro número contava com mais de 3 mil assinaturas” (Duarte, 2019, p. 42-43).

Com diversas seções, Duarte conta que a publicação contava com “denúncias de violência, da discriminação contra a mulher negra, aos temas da política do corpo, amamentação, trabalho feminino e da vida das operárias e da periferia das grandes cidades” (2019, p. 43). Duarte também aponta que haviam matérias sobre a produção cultural de escritoras e artistas e os endereços de grupos feministas por todo o país. Para além da importância das pautas tratadas pelo *Mulherio* naquele contexto, ela destaca que “alguns números tornaram-se verdadeiros documentos da trajetória da mulher na construção de uma consciência feminista, tal a seriedade do trabalho realizado para a conscientização da cidadania e o avanço das conquistas sociais da mulher brasileira” (Duarte, 2019, p. 43).

Além dos periódicos, Rose Marie Muraro é um nome de destaque no período, “pelos diversos livros que publicou, inclusive em pleno regime militar, e pela atuação firme e coerente, sempre assumidamente feminista, em toda a sua vida” (Duarte, 2019, p. 43). Foi Rose Muraro que articulou a vinda da escritora, jornalista e ativista norte-americana Betty Friedan, que resultou em uma antológica entrevista ao jornal *O Pasquim*, “assim como o massacre verbal que ambas sofreram [...] como também são sobejamente conhecidas a força e determinação de Muraro para impor suas ideias e

sua permanente disponibilidade para o debate” (Duarte, 2019, p. 43). Em 1975, Muraro fundou, com outras mulheres, o Centro da Mulher Brasileira. Duarte (2019, p. 43) trata do pioneirismo do novo feminismo:

A entidade foi pioneira do novo feminismo nacional, que desenvolveu importantes trabalhos, como a pesquisa sobre a sexualidade da mulher brasileira, em que considerou não apenas a diversidade das regiões do país, como também a experiência diferenciada das camadas sociais no que diz respeito ao corpo e ao prazer (Duarte, 2019, p. 43).

O estudo produzido pelo Centro foi publicado em 1983 e, de acordo com Duarte (2019), “foi decisiva para o debate acadêmico e a orientação de outras pesquisas” (p. 43). Nesse período, no campo político, as mulheres começaram a ocupar espaços nos partidos políticos e a disputar eleições em diversas estâncias do poder. Para Duarte (2019), mesmo nos últimos anos do século XX, foi possível observar o registro de “pioneiras”, já que, segundo a pesquisadora, a mídia não se cansava de noticiar as conquistas femininas que ocorriam, como a eleição da primeira prefeita de uma grande capital (Luísa Erundina, em São Paulo, no ano de 1989); a primeira governadora (Iolanda Fleming, no estado do Acre, de 1986 a 1987), ou a primeira senadora, ministra, entre tantos outros cargos de relevância na vida social e política do país.

Em seu estudo, Duarte (2019) afirma que, na década de 1980, grupos feministas ultrapassaram as divergências partidárias e se aliaram às 26 deputadas federais constituintes como forma de garantir avanços na Constituição Federal. A pesquisadora pontua que esses avanços eram, entre outros “a desejada igualdade de todos os brasileiros perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (2019, p. 43).

Nélida Piñon é mais um nome importante no período. Piñon participou da redação do Manifesto dos 1000 contra a censura e a favor da democracia no Brasil (2019, p. 44). Conforme Duarte (2019) Nélida é um exemplo vindo do grupo de escritoras que se posicionavam contra ao então governo ditatorial. Nélida Piñon se tornou a primeira mulher a tomar posse como presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), e apenas bem recentemente declarou-se feminista. Duarte (2019) relata que inúmeras escritoras podem ser lembradas pela reflexão que seus textos e personagens suscitam nas leitoras, entre elas Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst, Marina Colassanti, e que, por causa da proximidade temporal, são mais conhecidas do grande público.

Para Duarte (2019), é a partir da década de 1970 – e ao longo dos anos de 1980 - que o feminismo ocupa os espaços universitários:

[...] um movimento muito bem articulado entre feministas universitárias, alunas e professoras, promoveu a institucionalização dos estudos sobre a mulher [...] e sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários para provocar a saudável troca entre as pesquisadoras (2019, p. 44).

Grupos de trabalho e estudos e associações foram surgindo pelas universidades dos estados brasileiros, como na PUC-Rio, na Universidade da Bahia (UFBA), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade de São Paulo (USP). Vários grupos se articularam e multiplicaram pelas diversas instituições de ensino superior, produzindo ampla pesquisa e bibliografia sobre o feminismo:

Os grupos nas instituições superiores enfrentaram resistências e desconfianças para cumprir a função de agregar os/as interessados/as na temática, promover o desenvolvimento da pesquisa e do estudo de temas relevantes para as mulheres e, principalmente, impulsionar a publicação de trabalhos e preencher a enorme carência bibliográfica da qual todos se ressentiam (Duarte, 2019, p. 44).

Para Duarte (2019), a partir dos anos 1990, à medida que a revolução sexual era assimilada à vida cotidiana, as bandeiras feministas vão sendo sobrepostas por outras lutas das mulheres e demais segmentos da sociedade, num processo de transversalidade. Duarte (2019) critica a “globalização selvagem”, e os saberes que assimilam as novidades trazidas do exterior, “subdividas em interesses fragmentados das comunidades acadêmicas, e permitem que o feminismo saia dos holofotes e se dilua em meio aos estudos culturais ou estudos gays” (2019, p. 45). A visão de Duarte (2019) pode ser contraposta à de Wittig (2019), já que Wittig vê o movimento lésbico como uma forte contribuição ao movimento feminista, e não como uma diluição.

Para Duarte (2019), esse efeito “globalizante” faz com que alguns grupos defendam que estes seriam tempos “pós-feministas”, uma vez que “as reivindicações estariam – teoricamente – atendidas e ninguém ousa negar a presença das mulheres na construção social dos novos tempos” (Duarte, 2019, p. 45).

No entanto, Duarte contraria essa versão, evidenciando que se o prefixo “pós” estiver sendo empregado (e lido) como explicitando uma fase posterior ao feminismo – agora ultrapassado e fora de moda –, não é possível concordar com a expressão. Para corroborar sua posição, Duarte (2019), relembra que o salário da mulher

permanece inferior, e relembra da presença absurdamente desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física. Para a pesquisadora, estes são “outros e novos tempos” (p. 45) e o feminismo aparenta – na atualidade – atravessar mais período de amadurecimento e reflexão.

### 2.3 JORNALISMO ALTERNATIVO E INDEPENDENTE

As pesquisadoras Marcelli Alves e Wyldiany Oliveira dos Santos produziram um estado da arte do jornalismo independente nas pesquisas de comunicação, através da articulação das temáticas independente e alternativo. No artigo, as autoras abordam os termos como sinônimos, “tendo em vista a complexidade em sua conceituação”, assim, tal tratamento visa facilitar a compreensão dos termos (Alves; Santos, 2023, p. 699). Para Alves e Santos, o jornalismo independente e alternativo é “fundamentado na ideia de oposição aos conglomerados grupos de mídias e não possuir vínculos com os convencionais meios de comunicação ou apadrinhamento político”, e esse é um dos motivos que faz com que o jornalismo independente seja mais próximo da comunidade (Alves; Santos, 2023, p. 697).

No entanto, Carvalho e Bronosky (2017) afirmam que todo jornalismo alternativo é independente, mas nem todo jornalismo independente é alternativo:

Nesse sentido, é condição do jornalismo alternativo a sua relação de independência em relação a grupos empresariais, o que torna todo jornalismo alternativo independente, mas não o contrário, uma vez que ainda que independente, as temáticas podem não propor uma perspectiva dialética da realidade (Carvalho; Bronosky, 2017, p.33).

Através dessa maior inserção na comunidade, Alves e Santos (2023) pontuam que os produtos jornalísticos formados em arranjos alternativos são voltados para a própria comunidade e tratam de “temas por vezes negligenciados pela mídia convencional” (Alves; Santos; 2023, p. 698). Esses produtos são materiais que podem ser encontrados em diversos formatos – atualmente, por exemplo, as autoras citam os pequenos documentários no Youtube, os podcasts disponíveis em sites e no Instagram, os jornais online, entre outros –, e, com isso, “nota-se que nesses arranjos há a relação entre criatividade e debate público” (2023, p. 698).

Alves e Santos (2023) apontam que “ao nos depararmos com essa conjuntura e narrativas jornalísticas locais, vê-se uma característica também presente no jornalismo regional, a noção de um jornalismo de proximidade, que se propõe a criar ‘laços’ com o público local” (Peruzzo, 2005, *apud* Alves; Santos, 2023, p. 698). As autoras citam Ramos (2021) para explicar que jornalismo independente e alternativo pode ser compreendido como “contraponto ao jornalismo convencional, *mainstream* ou hegemônico” (Ramos, 2021, p.37, *apud* Alves; Santos, 2023, p. 699).

Também sobre o jornalismo alternativo, Carvalho e Bronosky (2017, p. 22) afirmam que “é preciso considerar que jornalismo não diz respeito apenas ao que é veiculado por grandes empresas do ramo”, e que, inclusive, enfrentam crises financeiras, de identidade, entre outras que colocam em risco seu futuro. Para os autores, os meios de jornalismo alternativo apresentam-se como opção não apenas para quem acessa seus conteúdos, mas também para quem faz jornalismo, e são iniciativas de baixo custo que apostam na segmentação do público e na especialização sobre determinados temas.

Os autores não compreendem o jornalismo alternativo como um fenômeno (mas sua expansão no presente, sim), nem como uma prática nova ou revolucionária, porque, para eles, o alternativo existe desde os primórdios do que se entende como jornalismo.

[...] alternativo é um conceito que pressupõe a existência de um elemento predominante cuja razão é questionada por outro elemento. (...) Aquilo que é alternativo só pode existir quando se reconhece pela sua condição originalmente secundária, mesmo que negue sua inter-relação com o elemento primário. (...) O próprio conceito de ‘jornalismo alternativo’ indica, portanto, a existência de um elemento comum, ou seja, a atividade jornalística, ainda que represente uma disputa para além do aspecto semântico (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 23).

Ainda sobre a gênese do jornalismo alternativo, Carvalho e Bronosky (2017) afirmam que “o elemento alternativo é aquele que se origina de algo” (p. 24), assim, “o sujeito que busca alternativas procura opções que tenha como princípio outra gênese de ideias a respeito de um determinado assunto, cujo pensamento é predominado por um determinado raciocínio” (p. 24). Dessa maneira, conforme os autores, “a alternativa permite que se considere a existência de opções que, em geral, representam dilemas, ou seja, escolhas que indicam preferência por uma maneira de pensar no lugar de outra” (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 24).

Conforme os pesquisadores, as iniciativas do jornalismo alternativo “representam o espírito livre que move o senso crítico que transforma as estruturas sociais, impondo limites para os interesses particulares que possa se deixar escapar pela inflexibilidade do jornalismo convencional” (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 25). Estes autores classificam como jornalismo convencional os veículos de comunicação cujas práticas de produção de conteúdos são voltadas para fins comerciais.

Dessa forma, as iniciativas de jornalismo alternativo se aproximam a grupos sociais que geralmente se apresentam como opositores à ordem vigente, como é o caso de movimentos sociais. De acordo com Carvalho e Bronosky (2017, p. 25), um dos aspectos que explica isso deriva das “concepções ideológicas relativamente distintas as da mídia hegemônica, tanto pela decisão de pautas de interesse público como pelo modo de produção”.

No entanto, é importante observar que mesmo as iniciativas alternativas estando próximas de organizações contra-hegemônicas, não torna o jornalismo alternativo contra-hegemônico, já que “no que diz respeito ao modo de fazer, este jornalismo, por vezes, reproduz aspectos do jornalismo convencional” (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 25). Os pesquisadores exemplificam que na atualidade algumas publicações lançadas em *sites* de jornalismo alternativo, acabam, no geral, reproduzindo uma estrutura padrão, com lide, pirâmide invertida, impessoalidade.

Carvalho e Bronosky (2017) recuperam o estudo de Atton e Hamilton (2008), sobre o surgimento do jornalismo alternativo na Europa e indicam que “a origem do jornalismo alternativo data dos meados do século XIX, antes ainda da própria consolidação do jornalismo como o grande negócio, o que só ocorre no século XX” (Atton e Hamilton, 2008, *apud* Carvalho e Bronosky, 2017, p. 26). O que ficou conhecido como “jornais radicais independentes” ou “imprensa popular”, na Inglaterra e França, foram determinantes na popularização dos jornais. Sobre essa imprensa popular, Carvalho e Bronosky (2017, p. 26) explicam:

Destacaram-se pela sua capacidade de influenciar a opinião pública, sobretudo, a classe trabalhadora, cujas únicas fontes de informação em pequena e média escala eram aqueles que, mesmo de modo amador, eram capazes de tratar de questões trabalhistas, da situação de estrangeiros, aspectos como sufrágio e direitos humanos. São jornais que surgiram de associações e sindicatos por proximidades geográficas. Tinham caráter de oposição política ao jornalismo “dominante”, que havia se legitimado pelo seu caráter informativo.

Os autores também apontam que além da repressão que esses veículos sofreram, a falta ou escassez de tratamento comercial (que poderia garantir a sustentação financeira) foram determinantes para o desaparecimento destes periódicos. Carvalho e Bronosky (2017) destacam que “a incapacidade de sustentação financeira é um elemento fundamental neste debate, já que naquele período os únicos suportes praticamente disponíveis para iniciativas independentes eram os impressos” (2017, p. 31). O processo de impressão tinha custo elevado e demandava profissionais fortemente qualificados. Ainda que encontrem dificuldades de sustentação financeira, “em um sentido mais amplo, podemos considerar como alternativo toda a produção noticiosa que não tem o lucro como primeiro objetivo” (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 33).

O inverso também ocorreu: “sensível aos negócios, o jornalismo comercial se apropriou dos aspectos populares, possibilitando que o cidadão comum passasse a ter acesso aos conteúdos, seja pelos temas tratados, como pelo preço dos exemplares” (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 26). Os autores apontam que essa transição permitiu que o jornalismo burguês (envolvido na ascensão de uma nova classe social e na mudança da autoridade, antes dominada pela nobreza e pela igreja) se expandisse e se consolidasse não apenas como negócio, mas também como fórum legítimo dos debates e do interesse público.

Essa ascensão do jornalismo burguês movimentou o processo revolucionário herdado do movimento francês no século XVIII, processo esse que estabeleceu novamente a república como modelo de governo e os valores de liberdade e igualdade traduzidos em leis, normas e convenções pelos regimes ditos democráticos (Carvalho; Bronosky, 2017). A ascensão do jornalismo burguês também deu propulsão ao jornalismo alternativo:

O desenvolvimento do jornalismo de oposição possibilitou que o jornalismo burguês deixasse de ser percebido como neutro ou natural. Ao impor publicamente novas percepções sobre a realidade, exigiu daqueles que viam o jornalismo como negócio um novo tratamento sobre as informações, dando espaço para novos temas e tornando menos monológicos os discursos. As brechas do jornalismo comercial são a fonte que alimenta o jornalismo alternativo (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 27).

Carvalho e Bronosky (2017) dirigem essa lógica para afirmar que o jornalismo alternativo dos dias atuais é herdeiro dos ideais que visam difundir outras visões de mundo omitidas do jornalismo burguês. Assim, conforme os autores “quanto mais

autoritária é uma sociedade e, quanto mais a imprensa reproduz ou representa esse pensamento, maiores são as potencialidades para o jornalismo alternativo” (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 27). Isso se comprova com a existência do *Nós Mulheres* no contexto da ditadura militar brasileira e do nascimento de tantas outras iniciativas jornalísticas alternativas naquele período.

Carvalho e Bronosky (2017) indicam que “em oposição à imprensa elitista brasileira, mantida por industriais e fazendeiros do início do século XX, a chamada imprensa operária assume papel importante na história do país” (p. 28). Para os autores, tal imprensa operária era representante das organizações sindicais, anarquistas e comunistas do Brasil, e exerciam um triplo papel: “informar, organizar e agitar a classe trabalhadora dos centros urbanos do país, em reação ao capitalismo” (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 28).

Mais do que isso, para os autores, no Brasil, as iniciativas de jornalismo alternativo estão conectadas a grupos sociais que geralmente se apresentam como resistentes à ordem vigente, como é o caso de organizações promotoras dos movimentos sociais. Visto isso, os autores apontam que “diante da fragilidade da recém-fundada república brasileira, os presidentes que se sucederam no início do século XX reprimiram as organizações, os movimentos e os jornais que poderiam provocar qualquer instabilidade política no país” (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 28).

Esse tipo de jornalismo reproduz determinados princípios e técnicas, reconhecendo o capital social do elemento dominante, ou seja, dos jornais convencionais, ao mesmo tempo em que reivindicam grau maior de veracidade sobre os relatos. Carvalho e Bronosky (2017, p. 27-28) atribuem três fatores para isso:

Este jornalismo pretende ser disruptivo, reivindicando um protagonismo com a intenção de inverter seu papel secundário no jogo em relação ao jornalismo convencional; pela necessidade em reafirmar seu caráter oposicionista, o que o aproxima aos grupos sociais aos quais se dirige e que os sustentam com informações ou como financiadores; por fim, para superar o estigma panfletário, movido por interesses partidários e pouco aprofundado herdado dos impressos políticos e sindicais que se configuraram como as primeiras alternativas aos grandes meios de comunicação no Brasil.

No contexto do início do século XX, onde a república começava a dar seus primeiros passos, os jornais liberais garantiam a “tribuna oficial dos governantes” (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 28) e colocavam nas páginas policiais os movimentos de contestação. Os autores explicam, também, que além dos problemas financeiros,

muitos jornais desapareciam devido as perseguições do estado em forma de prisões de jornalistas e lideranças, além da quebra de oficinas gráficas e confisco de materiais, como os insumos para produção dos jornais. Em contraponto, de acordo com Sodré (1999), os jornais de viés comercial no Brasil, dependentes de recursos públicos ou favores políticos para sua sobrevivência, logo assumiram papel condescendente com os governos que se sucederam. Nesse sentido, Carvalho e Bronosky (2017, p. 29) assinalam:

Os que se mantinham em oposição ou que não mantinham seus jornalistas sob controle eram reprimidos, como no golpe de 1930, que culminou com a posse de Getúlio Vargas, no lugar de Júlio Prestes, quando foram presos jornalistas de cinco periódicos no Rio de Janeiro. Em seguida, como presidente da república, Vargas tratou de financiar jornais que o apoiavam e de reprimir aqueles que se colocavam contrários ao seu governo, tendo como principal agente o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Após a interrupção do chamado “período democrático”, demarcado pelo fim do governo de Vargas em 1955 e o golpe militar em 1964, o governo aprofundou ainda mais a política de repressão de veículos e jornalistas opositores e de beneficiamento de grupos que se posicionavam a favor dos militares.

Para autores, o principal símbolo das mudanças operadas no jornalismo brasileiro, a partir de então, é a decadência dos Diários Associados de Assis Chateaubriand (então principal magnata das comunicações no Brasil), e a ascensão de Roberto Marinho e da Rede Globo. Após a metade do século XX, muitas mudanças ocorreram no Brasil e no mundo, com a evolução dos meios de comunicação. O jornalismo, conseqüentemente, passou por intensas transformações. Carvalho e Bronosky (2017) afirmam que:

As mudanças aprofundadas nos anos 1960, que constituíram as bases para a consolidação da indústria cultural no Brasil, foram determinantes para o favorecimento de um tipo de jornalismo no Brasil, marcado pela concentração de meios de comunicação nas mãos de alguns poucos empresários. A limitação da pluralidade de opiniões, o jornalismo declaratório, o oficialismo, a complacência com governos elitistas, enfim, as restrições do direito à informação na imprensa brasileira são efeitos de um modelo cuja lógica é aquela que reforça determinados tipos de pensamento em detrimento de outros (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 30).

Conforme afirma Nascimento (2014), aqueles que não estavam aliados a estes interesses eram reprimidos, perseguidos e até assassinados. Nascimento (2014) recupera que, segundo o relatório da Comissão da Verdade e Memória dos Jornalistas, foram comprovados 50 casos de perseguição a jornalistas durante os anos de 1964 e 1983, e mais 16 mortes comprovadas por questões políticas

executadas diretamente por agentes do governo. Importante lembrar que o *Nós Mulheres* existiu nesse período (de 1976 a 1978) e representava uma oposição às ideias que o sistema vigente (a ditadura civil militar) impunha e representava.

Kucinski (1991), no livro *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa Alternativa*, compila informações sobre o jornalismo na época da ditadura militar no Brasil e aponta a existência de 150 periódicos durante a ditadura militar que ficaram conhecidos como imprensa alternativa. Carvalho e Bronosky (2017) também partilham da afirmação de que foi justamente no período considerado de maior censura no espaço nacional que são identificadas as principais iniciativas alternativas jornalísticas na história do Brasil. Eles exemplificam:

Impressos como Movimento, Pasquim, Opinião, Coojornal, Versus, Em Tempo, Resistência, Pif-Paf, entre outros, tinham em comum a denúncia à violação de direitos e torturas, criticavam o modelo econômico, opunham-se ao discurso oficial e à chamada “chuva de releases” do jornalismo convencional e, por isso, muitos foram presos e censurados previamente (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 30).

A imprensa alternativa brasileira desse período (1960-1970) tratava dos temas políticos intensamente. Esses periódicos são marco contracultural, e, conforme os pesquisadores, foram influenciados pelos movimentos de maio de 1968 ocorridos na França e denunciavam o papel da ditadura militar como instrumento a serviço da burguesia. Esses jornais eram espaços onde os jornalistas encontravam liberdade para escrever:

Para os jornalistas que atuavam na imprensa convencional e se opunham à ditadura, mas eram censurados, o alternativo era opção de exercício da liberdade jornalística. Os jornalistas eram não apenas consumidores dos conteúdos dos veículos alternativos, mas também colaboravam com conteúdos que não poderiam ser publicados em seus empregos formais, geralmente utilizando pseudônimos, além de também apoiarem financeiramente os alternativos. Apesar disso, as iniciativas não se mostraram sustentáveis (Carvalho e Bronosky, 2017, p. 31).

O jornalismo alternativo não tinha impacto somente no público consumidor, mas também alterava a forma do profissional fazer jornalismo, implicando em maneiras de significação dos acontecimentos para a sociedade, o que, segundo Carvalho e Bronosky, (2017, p. 32) tiveram “influência em aspectos éticos para a profissão a partir da adoção de outras maneiras de se fazer jornalismo”. Isto é, esse jeito alternativo de

se fazer jornalismo contribui para a construção de um espaço contínuo de diálogo para a transformação do próprio jornalismo.

Os autores sintetizam: “o jornalismo alternativo é fruto da incapacidade do jornalismo convencional em assegurar, de fato, um espaço público” (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 31), já que tal imprensa convencional depende dos interesses particulares ou das instituições governamentais. O jornalismo alternativo, além disso, trabalha com “coberturas e apurações de fatos cujos temas não estão presentes na mídia convencional” (2017, p. 32), o que resulta em “narrativas cujas construções se diferem do que se apresenta no jornalismo convencional” (2017, p. 32).

Também é possível resumir que “jornalismo alternativo é justamente sua capacidade de expressar anseios populares fomentados por meio da cultura popular” (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 33). Em contraposição, para os autores, “a cultura popular é o principal elemento da mídia radical, os movimentos sociais não o são necessariamente” (2017, p. 33). A proximidade entre a cultura popular e movimentos sociais pode ser explicada pelo fato de que “os movimentos sociais tendem a expressar contradições sociais” (2017, p. 33). Os pesquisadores consideram que nem todo veículo que disponibiliza conteúdos populares deve ser considerado como jornalismo alternativo, mas todo jornalismo alternativo só pode ser considerado como tal quando estabelece relações com a cultura popular.

Para finalizar, ainda hoje o jornalismo alternativo tem sua importância como um espaço de maior liberdade para os jornalistas e de aproximação com as comunidades com que dialoga. Carvalho e Bronosky (2017) afirmam que “o jornalismo alternativo avança na medida em que o jornalismo convencional reduz sua capacidade de representar o interesse público” (p. 38). Nesse sentido, também, em contraposição ao jornalismo convencional e suas estratégias que procuram reduzir custos de produção, “ganham relevância as iniciativas de jornalismo testemunhal que aproximam o jornalista dos acontecimentos e o público de uma experiência mais verídica” (Carvalho; Bronosky, p. 38).

O capítulo seguinte abordará a metodologia para a análise do conteúdo dos editoriais do jornal *Nós, Mulheres*.

### 3 METODOLOGIA

Após a fundamentação teórica, onde foi possível compreender as particularidades do editorial dentro do gênero jornalístico opinativo, entender as questões de gênero e sexualidade em uma perspectiva feminista e aprofundar o conceito de jornalismo alternativo e independente, partimos para a metodologia, que é a análise de conteúdo. Esta metodologia possibilita a investigação dos editoriais do jornal *Nós Mulheres*.

Para explicar a análise de conteúdo em jornalismo, Heloiza Herscovitz (2010) sugere hipoteticamente um cenário onde parte da humanidade desaparece, restando como rastros os livros, jornais, filmes, CD's, etc.. Herscovitz cria esse cenário para explicar que a análise de conteúdo da mídia é um dos métodos mais eficientes para “rastrear esta civilização” por causa da “excelente capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado” (Herscovitz, 2010, p. 123). A análise de conteúdo é amplamente utilizada nas ciências sociais empíricas e pode ser empregada para “detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (2010, p. 123), além de:

[...] descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (Herscovitz, 2010, p. 123).

Herscovitz (2010) propõe a seguinte definição para o método de análise de conteúdo:

[...] método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (2010, p. 126-127).

A autora explica que na análise de conteúdo, quando analisamos a frequência com que situações, pessoas e lugares aparecem na mídia, podemos fazer uma comparação de tal conteúdo com dados de referência, como, por exemplo, outras pesquisas. O texto de Herscovitz (2010) elucidada que a análise de conteúdo da mídia nos auxilia a entender melhor um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a

notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens.

A autora explica que a análise de conteúdo, como um método propriamente dito, surgiu em 1917, através de Harold Laswell. No entanto, Herscovitz (2010) aponta que o sociólogo Max Weber já aplicava o método em seus estudos em outras áreas das ciências sociais. Weber “via a mídia como um meio de monitorar a ‘temperatura cultural da sociedade’” (MacNamara, 2003 *apud* Herscovitz, 2010, p. 124).

A autora elucida que a análise de conteúdo é “um método eficiente e replicável que serve para avaliar um grande volume de informação” (Herscovitz, 2010, p. 125), onde as palavras, frases, parágrafos, imagens ou sons podem ser reduzidos a categorias baseadas em regras explícitas, previamente definidas com o objetivo de fazer inferências lógicas sobre as mensagens.

A análise de conteúdo pode assumir uma característica híbrida, reunindo em seu método elementos quantitativos e qualitativos. Peter Berger e Thomas Luckmann (1983 *apud* Herscovitz, 2010, p. 125) “salientam que nem o mais científico dos métodos produz resultados totalmente objetivos”. A autora também aponta que o foco puramente quantitativo proposto pela maioria dos pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo é contestado por pesquisadores importantes (Herscovitz, 2010).

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a ideia de uma separação do método em qualitativo e quantitativo. Segundo Herscovitz (2010, p. 126) deve-se promover “uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifestos (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo”. A autora complementa que essa integração permite que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto em que ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido.

Dessa forma, melhores resultados podem ser obtidos através da análise de conteúdo quando se emprega tanto “a análise quantitativa (contagem de frequência do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto em que aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina)” (Herscovitz, 2010, p. 127).

A autora também assinala que a necessidade de integrar na análise de conteúdo os campos qualitativos e quantitativos “decorre do reconhecimento de que

os textos são polissêmicos – abertos a múltiplas interpretações por diferentes públicos – e não podem ser compreendidos fora de seu contexto” (Herscovitz, 2010, p. 126).

Herscovitz explica que Lasswell (1927) definiu o paradigma operacional da análise de conteúdo e formulou questões centrais ao estudo da comunicação (na época, dirigidas inicialmente para a publicidade). Essas questões eram: diz o que?; para quem?; em que medida? e com que efeito?. Para a autora, essas questões podem ser “traduzidas” para as pesquisas em jornalismo da seguinte forma: “o que diz a mídia”, “para quem”, “em que medida” e “com que efeito?”. As pesquisas podem “isolar um ou mais aspectos do modelo em questão e podem propor inúmeras variações para testar diferentes teorias que orientam a compreensão do que é o jornalismo” (Herscovitz, 2010, p. 127).

A análise de conteúdo pode ser utilizada em pesquisas exploratórias, descritivas ou explanatórias. Além disso, é uma metodologia que permite seguir indicativos que “desvendem significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades, ideologias, sobre os objetos que estão sendo analisados” (Herscovitz, 2010, p. 128).

Herscovitz (2010) frisa que o pesquisador que utiliza esse tipo de análise deve começar a metodologia com uma pergunta (sentença interrogativa) ou uma hipótese (sentença afirmativa). A pergunta ou a hipótese será a “ponte” entre teoria e investigação. Enquanto o uso da pergunta costuma facilitar o trabalho, e elas devem sugerir intensidade, frequência ou direção, a hipótese é uma construção temporária, que vai ser comprovada ou descartada posteriormente. A hipótese pode ser construída para testar teorias (método dedutivo) ou para desenvolver teorias com base na análise de investigações já realizadas (método indutivo). Sobre o ideal da objetividade, Herscovitz (2010, p. 128) enfatiza:

Enquanto a objetividade segue como ideal a ser perseguido tanto no jornalismo como no pensamento científico pela dificuldade que existe tanto em defini-la como em demonstrá-la, teóricos da metodologia de pesquisa preferem apostar no termo intersubjetividade, ou seja, a capacidade de diferentes investigadores de concordar em suas observações e conclusões.

Dessa forma, a análise, conforme Herscovitz (2010), é um método que trabalha com codificações ou definições operacionais individuais, porém replicáveis, que buscam desvendar as pistas de textos, símbolos, sons e imagens. A autora, com base

em Klaus Krippendorf (2004), propõe seis passos para o pesquisador seguir. Apontarei os seis passos já respondendo as questões conforme minha pesquisa:

- 1) Quais são os objetos de estudo? R: Os editoriais do jornal *Nós Mulheres*.
- 2) Como eles são definidos? R: Definidos como editoriais, textos onde se manifesta a opinião do veículo de comunicação.
- 3) Qual a população ou universo (conjunto de objetos) de onde será retirada a amostra? R: No caso desta pesquisa, será construído um *corpus* de pesquisa com oito editoriais – um editorial de cada edição publicada.
- 4) Em que contexto estão os objetos de estudo? R: Dentro de um veículo de comunicação da década de 1970, no Brasil.
- 5) Quais são as delimitações do estudo? R: Produzir uma discussão sobre jornalismo alternativo; linguagem; gênero e feminismo; democracia e memória.
- 6) Qual o alvo das inferências? R: Inferir sobre quais temáticas o jornal *Nós Mulheres* trabalhava e como se apresentava às leitoras e leitores.

Para Herscovitz (2010) a classificação e interpretação do conteúdo é uma nova etapa. A autora sugere que após resolver o que analisar – através da pergunta ou hipótese – temos que considerar o conteúdo jornalístico como elementos abstratos que possam ser conceituados. De acordo com Herscovitz (2010, p. 132), estes conceitos são “construções baseadas em observações indiretas e definições teóricas que variam conforme a perspectiva de cada um. Para trabalhar com estes conceitos é preciso especificá-los com precisão”.

Conforme a autora, é possível especificar esses conceitos através de indicadores; as dimensões; e os atributos do que iremos analisar. Dessa forma, quem lê os resultados da análise de conteúdo conhece as categorias exclusivas utilizadas pelo investigador previamente. Assim, antes de classificar o conteúdo, é necessário conceituar as construções de forma precisa, e após a conceituação é possível estabelecer a definição operacional. Sendo assim, o processo de codificação se dá em etapas, como a especificação das categorias. Essas definições são “definições-chave, pré-testadas em alguns dos textos, indicarão as definições operacionais e suas unidades de registros” (Herscovitz, 2010, p. 132).

A autora explica que essas unidades de registros podem ser palavras, expressões, frases, temas, parágrafos ou o texto inteiro. A unidade de registro, no

caso deste estudo, será capturada nos editoriais para contagem de frequência do conteúdo manifesto, ou seja, do conteúdo visível daquilo que está sendo categorizado para análise. Para autora, as categorias vão possibilitar que o pesquisador busque o conteúdo latente e o sentido geral do texto, “observando ainda o contexto em que o tema está inserido, a linha editorial do jornal, e, se possível, o público ao qual os editoriais são dirigidos” (Herscovitz, 2010, p. 133).

A unidade de registro, segundo Herscovitz (2010), poder ser: a palavra, a frase, o tema e o parágrafo. Neste estudo, para a análise dos editoriais do jornal *Nós Mulheres*, o parágrafo foi a unidade de análise escolhida. A partir da primeira leitura do *corpus*, definiu-se três categorias de análise: Gênero e Feminismo, Trabalho e Direitos Civis e Democracia. A seguir, a sistematização das categorias.

Categoria 1 – Gênero e Feminismo

Categoria 2 – Trabalho

Categoria 3 – Direitos Civis e Democracia

Tabela 1 – Categorias de Análise (Incidência)

<b>Editorial</b>	<b>C1- Gênero e Feminismo</b>	<b>C2 – Trabalho</b>	<b>C3 - Direitos Civis/ Democracia</b>
E1 – junho de 1976	X	X	
E2 – set./out. de 1976	X	X	X
E3 – nov./dez de 1976			X
E4 – mar./abr. de 1977	X	X	
E5 – jun./jul. de 1977	X		
E6 – ago./set. de 1977	X		X
E7 – mar. de 1978	X		X
E8 – jun./jul de 1978	X		X
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>5</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na sequência, partimos para uma explicação detalhada e aprofundada das categorias definidas para análise.

### 3.1 CATEGORIA 1: GÊNERO E FEMINISMO

Nesta categoria, mapeamos as temáticas sobre Gênero e Feminismo e foi identificada a presença de conteúdo manifesto em sete textos, como mostra a tabela acima. A seguir, procedemos a análise qualitativa desta categoria.

Os editoriais mais representativos desta temática foram os editoriais de número 5 (edição de junho/julho de 1977) e o editorial de número 6 (ago./set. de 1977). Como mostra a tabela de incidência, outros números do jornal também trazem este tema, no entanto, essas edições trouxeram a discussão de uma forma mais consolidada. Aqui, trago alguns trechos do editorial de número 6, como exemplo de tratamento para a temática *feminismo*. O texto inicia assim:

É comum ouvirmos hoje em dia, das mais variadas pessoas e inclusive de mulheres verdadeiramente democratas, as seguintes frases: «O feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos como o nosso», ou «A luta pela emancipação feminina é importante, mas a luta pela emancipação dos trabalhadores é muito mais importante». Os que assim falam não percebem que as palavras feminismo e emancipação feminina podem ter vários significados e perdem seu sentido se não vierem acompanhadas de uma explicação. Acontece aqui o mesmo que acontece com outras palavras. Por exemplo, muitas pessoas que se dizem democratas estão na verdade querendo uma democracia que só sirva a um pequeno número de privilegiados e não uma verdadeira democracia, onde certos direitos básicos como o de pensar, se expressar e se organizar sejam direitos assegurados a todos os indivíduos e classes sociais (Editorial 6, 1977).

Neste primeiro trecho, cabe destacar duas frases que ajudam a construir a definição de feminismo elaborada pelo Jornal *Nós Mulheres*. Os trechos estão citados entre aspas indicando que a fala é de uma fonte externa aos editores e que não representa seu posicionamento. De maneira didática, cita os trechos “«O feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos como o nosso», ou «A luta pela emancipação feminina é importante, mas a luta pela emancipação dos trabalhadores é muito mais importante». Na sequência, explicam que, para se viver em uma verdadeira democracia, os direitos têm que ser para todas as pessoas e não para um número de privilegiados. Com isso, deixam explícito que não separam a luta dos direitos dos trabalhadores e a luta pelo feminismo.

No parágrafo seguinte, o editorial aponta a complexidade do tema e diz que o feminismo é um agregador de múltiplos entendimentos, mas explícita que é incorreto interpretar o movimento como uma luta das mulheres contra os homens.

Ora, o feminismo pode também ter vários significados. Existem movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, que acham que a mulher deve se organizar para lutar contra o homem. Os que falam que o feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos, estão provavelmente pensando nesse tipo de feminismo. Mas não pensarem, não percebem que esse tipo de feminismo não só não serve aos países subdesenvolvidos como não serve a nenhum tipo de país, pois coloca a luta da mulher de uma forma incorreta (Editorial 6, 1977).

Na sequência (trecho abaixo), o editorial mostra a tendência das feministas de se defenderem do título de *feministas*, visto que o tema era (e ainda é) impregnado por tabus sociais e entendimentos errôneos, como apontado no trecho anterior, como se o movimento fosse simplesmente uma luta, uma disputa, contra os homens. Neste parágrafo, mais uma expressão contribui para a definição de feminismo como “emancipação feminina”.

A tendencia de todas nós, mulheres feministas, é a de responder a esta pergunta de uma maneira defensiva: «Nós não separamos a luta pela emancipação feminina da luta mais ampla pela emancipação do ser humano em geral». Defensiva porque, ao dizermos isto, apenas estamos querendo mostrar que não somos contra os homens, que não somos contra isto e aquilo, ou seja, dizemos o que não somos e o que não pensamos, mas não definimos claramente o que entendemos por emancipação feminina, por emancipação do ser humano e a ligação que existe entre essas duas coisas (Editorial 6, 1977).

O trecho evidencia como muitas mulheres feministas adotam a postura defensiva, que tenta fugir de um rótulo mal compreendido pela sociedade – o que acaba gerando uma definição ampla demais, e que pode significar o que não pensam como também deixar a questão aberta, sem definição nenhuma. Por outro lado, como as editoras constroem ao longo das oito edições, o feminismo é uma luta interseccional, isto é, agrega outras lutas consigo, e no fim o propósito é a melhoria da vida coletiva, em uma convivência saudável e justa. Naquele período, era uma luta que buscava incluir as mulheres aos espaços de poder de tomada de decisões e de escolhas sobre a própria vida.

[...] As mulheres são nada mais, nada menos do que *metade* da população brasileira. Metade da população que, na sua grande maioria, não participa ativamente das transformações sociais. Mesmo quando trabalham, as mulheres não participam nos seus sindicatos. São pouquíssimas as que participam de associações de bairro, de clubes de mães e de outros tipos de associação. Muitos pensam, homens e mulheres, que basta o homem participar. Que a mulher pode e deve ficar cuidando da casa e dos filhos. Que participação é política e que política é coisa de homem. Mas será que só os homens vão conseguir mudar a situação? Que metade da população pode ficar em casa, pois a outra metade se encarrega da parada? A história prova

que não. Sempre, em todos os grandes momentos da história mundial, a mulher percebeu a importância de sua participação e participou ativamente. Assim, lutar para que a mulher contribua ativamente, junto com o homem, para as transformações da sociedade é também lutar pela emancipação feminina. *A luta pela emancipação feminina é, portanto, parte integrante da luta por uma sociedade mais justa e democrática* (Editorial 6, 1977).

Acima, as editoras constroem o ponto de vista de que para haver a mudança social esperada, é necessário lutar pela *emancipação feminina*, pois as mulheres precisam estar inseridas nos espaços de decisões e ter direitos iguais aos dos homens, assumindo, inclusive, os micros espaços de poder. Outra informação importante, que abre esse parágrafo, é que “as mulheres são nada mais, nada menos do que a metade da população brasileira” e apesar disso, sua participação ainda é limitada, muito por causa da construção da ideia de que “política é coisa de homem”.

Neste parágrafo, cabe destacar novamente o termo “emancipação feminina” e o que isso significa para o jornal como parte integrante da luta por uma sociedade democrática. Esse parágrafo é uma espécie de *chamada para a luta* e fala da importância que as mulheres tiveram em momentos decisivos para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. É importante notar o caráter *didático* do texto, que promove o diálogo conversando com as leitoras e leitores.

Então nos perguntariam: «Mas se a luta feminista isto, porque é necessário que as mulheres, além de lutarem e se organizarem junto aos homens, lutem e se organizem também em associações de mulheres?». O fato é que a luta feminista não é só isso, ela vai além disso. A mulher sofre também uma opressão específica pelo simples fato de ser mulher. Ela tem mais dificuldade de arrumar emprego, principalmente se for casada e tiver filhos, ela é despedida do emprego se casar ou ficar grávida, ela ganha menos que o homem pelo mesmo trabalho, ela cumpre, quando trabalha fora, uma dupla jornada de trabalho, ela se responsabiliza sozinha pelo trabalho doméstico e pela educação dos filhos (tarefa que deveria ser em muitos aspectos assumida pelo Estado, e, em outros, assumida pelo casal, ela sofre constantes ataques sexuais, seja em casa, na rua ou no trabalho. Enfim, a mulher não é tratada como um ser que tem os mesmos direitos e os mesmos deveres que o homem. São muitos os homens que acham que a mulher é e deve ser tratada como um ser igual ao homem. Mas são somente as mulheres, porque isto as toca diretamente, organizadas e lutando por suas reivindicações específicas, que terão a força necessária para mudar essa situação (Editorial 6, 1977).

No parágrafo acima, as editoras apontam alguns dos motivos que fazem a luta feminista – as reivindicações das mulheres - serem necessárias. Isso fica explícito a partir de “a mulher sofre também uma opressão específica pelo simples fato de ser mulher”. A ideia é reforçada com o trecho: “a mulher não é tratada como um ser que tem os mesmos direitos e os mesmos deveres que o homem”. A mulher sofre diversas

discriminações e empecilhos que deveriam ser assumidos por todos e também pelo Estado e suas instituições. A mulher não é apenas oprimida, como também é levada a sofrer uma exaustão imensa, ficando inerte e, conseqüentemente, não ocupando os espaços existentes. Dois pontos merecem destaque neste trecho: o fato da mulher sofrer uma “opressão específica” e de que a luta feminista não é somente a luta de homens e de mulheres por direitos conjuntos, questão que é percebida quando a mulher tem mais dificuldade em arrumar emprego (ao ficar grávida e ou ter filhos), por seu salário ser inferior, ao exercer dupla jornada, etc.

Sabemos que é somente numa sociedade que garanta à toda a população boas condições de existência, de trabalho, de estudo e liberdade e independência para se organizar política e sindicalmente, que estarão dadas as condições para se alcançar a emancipação feminina. Nesse sentido, pode-se dizer também que *a luta por esse tipo de sociedade é parte integrante da luta pela emancipação feminina*. Ou seja, a democracia brasileira, entendida dessa forma, precisa da mulher assim como a mulher precisa da democracia. Mas se esse tipo de sociedade é uma condição necessária para a emancipação feminina, essa condição não é suficiente. A história mostra que mesmo nas sociedades que já conseguiram alcançar um maior grau da igualdade e democracia, a mulher continuou a sofrer uma opressão específica. Enquanto a mulher não atingir a plena igualdade de direitos e deveres é necessário, portanto, que exista uma luta organizada e independente de mulheres.

O feminismo, entendido dessa forma, serve não somente aos países subdesenvolvidos, mas a qualquer país onde ainda existam homens e mulheres oprimidos.

Nos dois parágrafos acima, complementares (também são do editorial 6, de 1977), fica explícito que a luta feminista é uma luta específica de emancipação da mulher e que apesar de haver todas as condições em uma democracia plena, ainda sim as mulheres são oprimidas por serem mulheres. A conclusão é que, enquanto não houver plena igualdade de direitos, é necessário que haja uma organização independente de mulheres. Para as autoras, o feminismo, entendido como uma luta de mulheres independentes, serve enquanto “existam homens e mulheres oprimidos”.

As autoras mostram como o feminismo é uma luta de muitas vozes, que agrega intersecções com outras problemáticas, e traz consigo a luta, também, por uma sociedade democrática. É importante pensar nessa defesa da democracia em um contexto como o qual o jornal circulou. Essa edição é de 1977, em plena ditadura militar brasileira, e com o Ato Institucional número 5, o mais repressor decreto constitucional, em vigor.

Como exemplo de tratamento para a temática *gênero*, trago, abaixo, um trecho do editorial de número 1, de junho de 1976. O parágrafo traz uma discussão explicativa (novamente com uma característica didática) sobre como os papéis de gênero são construídos socialmente e como as mulheres são injustiçadas. Dessa forma, as mulheres sofrem mais com essas construções, uma vez que os homens ganham liberdade enquanto elas são confinadas e sufocadas desde a infância, como se a condição de mulher fosse apenas a de ser mãe e esposa e nada mais do que isso, enquanto os homens “desbravam” o mundo. Esse processo, apresentado no editorial como forma de diferenciar o lugar de homens e mulheres, começa desde o nascimento:

Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir esta função que dizem a função natural da mulher: mãe e esposa. NÓS MENINAS, devemos sempre andar limpinhas e brincar (de preferência dentro de casa) de boneca, de comidinha, de casinha. E os meninos podem andar sujos e brincar na rua porque são moleques e porque devem se preparar para tomar decisões, ganhar a vida e assumir a chefia da casa. Além disso, aprendemos que sexo é um pecado para NÓS MULHERES, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com a nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir marido. Ao mesmo tempo, vemos todos aplaudirem as conquistas amo rosas e as farras de nossos irmãos. E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter uma liberdade que para nós é considerada pecaminosa (Editorial 1, 1976).

As editoras mostram como desde a infância as mulheres são ensinadas e condicionadas a ficarem resguardadas em casa, e, ao chegar na adolescência aprendem que o sexo é pecado e devem, também, se resguardar nesse sentido. Depois, ao se casarem devem sempre andar preocupadas com a aparência e serem dóceis e submissas. Por outro lado, os homens têm liberdade para circular e brincar na rua; têm liberdade para, conforme trecho acima, “tomar decisões, ganhar a vida e assumir a chefia da casa”. É apontado, também, o fato de os homens terem liberdade sexual e não se preocuparem com a aparência física para ter um relacionamento amoroso, nem precisarem ser dóceis, submissos e puros.

É possível observar que apesar de concentrar as temáticas em feminismo e gênero, o editorial articula e dialoga com os outros temas, como direitos civis, democracia e trabalho, demonstrando que as editoras construíam o debate criando um espaço de intersecções e de atravessamentos. A seguir, abordaremos a próxima categoria analisada.

### 3.2 CATEGORIA 2: TRABALHO

Nesta categoria, encontramos os seguintes mapeamentos dos conteúdos manifestos sobre trabalho: diferenças de gênero em relação ao trabalho; discussões sobre a atuação da classe trabalhadora; o enfoque no trabalho doméstico como uma atividade determinada para as mulheres. Como mostra a Tabela 1, foi identificada a presença de conteúdo manifesto em três dos oito editoriais. Além disso, também é possível observar as outras categorias temáticas de forma transversal.

O primeiro exemplo trazido é um trecho do Editorial de número 1 (junho de 1976). Para contextualizar, o parágrafo anterior ao trecho que trago a seguir é o que usei como exemplo para gênero, na categoria anterior, onde as editoras tratam da problemática das construções de gênero. Após fazerem a comparação de como as mulheres são preparadas desde a infância para serem apenas mães e esposas e precisarem se resguardar dentro de casa, elas inserem a temática do trabalho, mesclando com a intersecção com a temática de gênero.

Quando vamos procurar um emprego, porque o salário do marido ou do pai não dá pra viver, ou porque queremos sair um pouco da solidão das quatro paredes de uma casa, sempre encontramos mais dificuldades que o homem, porque somos mulheres. Dizem-nos que não seremos boas trabalhadoras porque traremos para o serviço o cansaço do trabalho de casa e a preocupação com nossos filhos. E quando, com muita dificuldade, conseguimos um emprego (às vezes, nossos próprios pais ou maridos não nos deixam trabalhar pois foram acostumados a pensar que os homens devem sustentar a casa) sempre ganhamos menos que os homens, mesmo fazendo o mesmo trabalho que eles. E, neste emprego, nossos cargos são sempre subalternos. Até nos acostumamos a pensar que os chefes devem ser homens! NÓS MULHERES somos oprimidas porque somos mulheres (Editorial 1, 1976).

Aqui, são expostas as dificuldades encontradas em relação à trabalho e que são consequência da construção de gênero imposta socialmente.

Mas mesmo entre nós existem diferenças. Um grande número de mulheres cumpre uma dupla jornada de trabalho: o trabalho fora de casa o trabalho doméstico. Outras cumprem só as tarefas domésticas. Mas, entre as próprias donas de casa, persistem diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a passar o dia inteiro fazendo o trabalho de casa porque têm dinheiro para contratar alguém que faça este serviço por elas. Além disso, podem dar uma boa alimentação, uma boa escola, brinquedos e roupas a seus filhos. A maioria das donas de casa, porém, é obrigada a passar o dia todo lavando, passando, arrumando, cozinhando, cuidando dos filhos, num trabalho que não acaba nunca. Muitas não podem sequer dar a seus filhos uma boa alimentação e uma escola. Muito menos brinquedos e roupas (Editorial 1, 1976).

No trecho acima, a questão do trabalho é atravessada pela questão de classe e do trabalho doméstico. Naquele momento da história do Brasil, as mulheres estavam se inserindo no mercado de trabalho, o que já era um grande desafio a ser encarado, visto que o espaço sempre foi pensado por homens e para homens. Além disso, muitas eram obrigadas a trabalhar porque as condições de vida dos pais e dos maridos eram precárias, mas elas eram demitidas se tivessem filhos, casassem-se, aparentassem cansaço. Apesar destas dificuldades, voltavam para casa e se deparavam (e deparam ainda hoje) com todos os afazeres domésticos a serem feitos e o cuidado com os filhos, enquanto seus maridos podiam descansar. Àquelas com maior poder aquisitivo podem pagar para outra mulher fazer estes serviços – mas sempre uma mulher fica encarregada de limpar a casa, fazer a comida, lavar as roupas e etc.

Mais adiante, no mesmo editorial de número 1, as editoras apontam a necessidade de os companheiros também assumirem essa responsabilidade, abrindo uma reflexão importante para outras mulheres – se ainda hoje todas essas tarefas e dificuldades ficam a cargo das mulheres, questionar isso na década de 1970 era muito vanguardista.

Achamos que NÓS MULHERES devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. E possível que nos perguntem: «Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?» Nós responderemos: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurante a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais (Editorial 1, 1976).

É evidente que as mulheres eram vítimas – e ainda são – mas também é evidente que (como pessoas dentro de um sistema) muitas reproduziam – e ainda reproduzem – estereótipos de gênero com os filhos. Ensinam e convocam às filhas às tarefas domésticas enquanto deixam os filhos homens fazerem o que querem, porque, inclusive, muitas vezes veem os filhos como incapazes de gerir e cuidar da casa e dos outros membros da família, como se essas tarefas fossem herdadas às mulheres por

natureza. No trecho acima, é possível perceber, mais uma vez, a questão de classe atravessando o debate, ao falar que é necessário maior apoio do Estado, onde o poder público facilite e ofereça “boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurante a preços populares”, além de convocar os homens a dividirem às tarefas que fazem parte da vida de todos.

Às diferenças de gênero e classe trabalhadora também aparecem no editorial de número 4 (março/abril de 1977). Nele, as editoras discutem às diferenças que as mulheres passam – sendo elas da classe trabalhadora ou não – além de enfrentar os afazeres domésticos sozinhas – porque, novamente, são tarefas “predestinadas” às mulheres – enquanto os homens encontram dificuldades “esperadas”. No trecho abaixo, as editoras apontam criticamente a forma como os papéis de gêneros se formam na nossa sociedade, mas apontam que isso não acontece por fatores incontroláveis, como o “clima ou qualquer outra fatalidade”, mas sim por causa de um aspecto cultural, que cria padrões e normas sociais que perpetuam essa construção de gênero.

O trecho, de forma indireta, também aponta que essas construções de gênero também são ruins para o gênero masculino, uma vez que também estipula papéis definidos para o grupo, e que são onerosos e pesam no convívio familiar. No entanto, a grande diferença é que os homens encontram problemas mais previsíveis (ou reconhecidos) e, dessa forma, sabem que passam pelos mesmos problemas que outros homens passam (“[...] no entanto, que sua vida é idêntica a de milhares de outros trabalhadores e que seus interesses e lutas são os mesmos), enquanto as mulheres ficam isoladas aos problemas de cada casa, de cada família, sem ter uma troca e uma união que impulse a busca por mudanças.

Se não é essa a nossa realidade, não podemos culpar o clima ou qualquer outra fatalidade e sim a sociedade em que vivemos. A mulher, por séculos, tem sido educada para ser mãe, esposa e dona de casa. O homem, por sua vez, tem a obrigação de sustentar a família, passando o dia fora de casa, sem tempo para dedicar-se aos filhos e à mulher. Os problemas que o homem enfrenta no trabalho são bem diferentes dos que a mulher experimenta no dia-a-dia de dona de casa. O trabalhador enfrenta as filas para o ônibus, as dificuldades do trabalho e o baixo salário mas sabe, no entanto, que sua vida é idêntica a de milhares de outros trabalhadores e que seus interesses e lutas são os mesmos (Editorial 4, 1977).

Mais adiante, nesse mesmo editorial (o quarto), as editoras sustentam que um fator que consegue unir e congregar homens e mulheres é a origem social – o que

elas chamam, neste e em outros editoriais, de camadas/classe trabalhadora. Elas apontam que essa é uma possibilidade que poderia unir os gêneros, o que beneficiaria a todos e reduziria o sofrimento do peso dos papéis de gênero estabelecidos por normas sociais, o que melhoraria as condições de vida.

É evidente, entretanto, que homens e mulheres estão unidos por sua origem social, isto é, pertencer às camadas trabalhadoras é bem diferente de ter nascido no meio da riqueza. Se homens e mulheres das camadas trabalhadoras, juntos, lutassem por melhores salários, por creches e escolas para as crianças, por refeições nos locais de estudo e de trabalho, etc. as condições de vida seriam muito melhores, as despesas poderiam ser repartidas, o trabalho doméstico seria realizado mais rapidamente e todos teriam mais tempo para estarem juntos, para brincarem com as crianças, para ler, ver televisão e ir ao cinema, pois o lazer é um direito de quem trabalha (Editorial 4, 1977).

Isto é, a luta feminista pode ser incorporada por toda a classe trabalhadora, o que geraria união e equilíbrio, culminando em melhores condições de vida, além de aliviar o peso de papéis determinados, e permitiria que ambos os gêneros tivessem mais tempo de convivência afetiva e lazer – este também é “um direito de quem trabalha”. Assim, há uma clara intersecção entre a temática “trabalho” e “gênero”, tornado a discussão indivisível. A seguir, analisamos a categoria de Direitos Civis e Democracia.

### 3.3 CATEGORIA 3: DIREITOS CIVIS E DEMOCRACIA

Nesta categoria, foram mapeadas as temáticas sobre direitos civis e democracia. Foi identificada a presença de conteúdo manifesto em cinco dos oito textos, como mostra a tabela de incidência. Para exemplificar a temática direitos civis, trago, primeiramente, um exemplo do editorial de número 6 (edição de agosto/setembro de 1977).

A grande aspiração da maioria do povo brasileiro, hoje em dia, é viver numa sociedade em que todos tenham suas necessidades básicas atendidas. Ou seja, onde todos tenham o que comer, onde dormir, o que vestir, possam estudar, trabalhar, cuidar da sua saúde, se divertir, pensar, falar, agir e se organizar livremente. Essa aspiração, nada mais é do que a vontade de viver numa sociedade democrática e onde haja uma justa distribuição da renda. É lógico que essa maravilha não vai cair do céu e que vai precisar de muita luta para que essa sociedade seja conquistada.

Esse trecho faz uma defesa clara aos direitos das pessoas contra violações cometidas pelo Estado e pelo sistema político como um todo, além de fazer, novamente, uma intersecção entre as temáticas, uma vez que defende que para que todos tenham as necessidades básicas e de justiça atendidas, é necessário a implementação de um estado democrático. Isso está expresso em: “Essa aspiração, nada mais é do que a vontade de viver numa sociedade democrática e onde haja uma justa distribuição da renda”.

O texto, assim como nas demais edições, deixa claro que as condições de vida naquele momento, principalmente para a camada trabalhadora da população, estavam muito difíceis, refutando de forma implícita o dito “milagre econômico” da ditadura militar. A ideia de que isso ainda não era uma realidade fica clara a partir do uso da expressão “aspiração”, e se consolida com a última frase do parágrafo: “É lógico que essa maravilha não vai cair do céu e que vai precisar de muita luta para que essa sociedade seja conquistada”. As editoras, novamente, tentam engajar os leitores a batalhar pela democracia, pelos direitos da população e a reparar no que acontecia de errado e injusto com as pessoas naquele momento: a falta de condições básicas (ter o comer, onde dormir, o que vestir, poder estudar e cuidar da sua saúde) para grande parte da população mas também os aspectos relacionados a liberdade, igualdade e garantias (se divertir, pensar, falar, agir e se organizar livremente).

Outro exemplo da temática de direitos civis pode ser observado no último editorial – o de número 8 –, de junho/julho de 1978. No trecho abaixo, o editorial aponta para a necessidade de articulação de diversos grupos sociais de buscar seus direitos, em prol da igualdade. Se trata de movimentos com particularidades e demandas específicas com objetivos em comum: a liberdade, a democracia, o livre-arbítrio sobre a própria vida, respeito e dignidade. Para que isso fosse alcançado, o editorial aponta, no parágrafo anterior, a necessidade de reivindicação coletiva num espaço coletivo que clamava por democracia.

Mas não apenas as mulheres. Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem movimentos específicos de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viver em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal. Cada vez mais, discute-se a família, a moral, a sexualidade, a condição dos velhos e a educação das crianças. Os movimentos ecológicos vêm alertar contra violência e a devastação da natureza (Editorial 8, 1978).

O trecho acima, apesar de estar sendo utilizado como exemplo da temática de direitos civis, costura a temática da democracia, mostrando como não é possível criar uma delimitação absoluta entre categorias e temáticas. Para o jornal, os direitos civis só podem ser alcançados através da democracia, e essas reivindicações são articuladas pelas feministas, pelos negros, pelos homossexuais, pelos movimentos ecológicos, etc. Essa mudança pela transformação da vida, em contraposição ao modelo conservador e retrógrado da ditadura, fica bem expresso no trecho: “Cada vez mais, discute-se a família, a moral, a sexualidade, a condição dos velhos e a educação das crianças”. O trecho foi escolhido para representar direitos civis porque entendo que o endosso pelo movimento que buscava pelas garantias legais para proteger as liberdades individuais e a igualdade de direitos se sobressai, é mais evidente.

Já para exemplificar a temática da democracia, trago um exemplo do editorial 3, de novembro/dezembro de 1976. Este terceiro editorial foi dedicado inteiramente (exceto pelo “Quem somos”, que explicarei mais adiante) para a questão da democracia, dos direitos civis e do voto. Apesar de o trecho abaixo também dialogar com direitos civis e a questão do voto, o debate em torno do tema democracia acaba sendo o foco dele.

A democracia moderna estabeleceu que todos os homens são iguais diante da lei. Entretanto, ainda hoje permanecem discriminações. Apesar de terem os mesmos deveres (trabalho, impostos, serviço militar, etc...) os analfabetos, que até há alguns anos atrás eram a maioria da população em nosso país, não votam; e na Suíça, considerada o protótipo da democracia moderna, as mulheres só conseguiram participar das eleições (votar e serem votadas) em 1971! Isto acontece porque, além de seus princípios, a democracia política pode assumir diferentes formas, dependendo da maneira que o povo exerce seu poder (Editorial 3, 1976).

O debate que integra esse parágrafo conversa perfeitamente com as ideias construídas neste editorial, que podem ser bem resumidas, inclusive, com o parágrafo seguinte (assinalado para a temática direitos civis), que diz: “[...] quando se fala em democracia, é preciso saber quem é considerado «povo»”. Nesse trecho, as editoras mostram que mesmo a democracia sendo o sistema desejado, ela não significaria o fim das discriminações e a igualdade, o que fica claro na segunda frase: “Entretanto, ainda hoje permanecem discriminações” – apesar de o Brasil não viver uma democracia naquele momento (mas era a imagem que os militares e os que apoiavam a ditadura civil militar tentavam pintar do país).

Para corroborar com a ideia, as editoras trazem dois exemplos paradigmáticos: o fato de os analfabetos não poderem votar (e só puderam após o fim da ditadura, em 1985) – sendo que a população que não sabia ler tinha sido a maioria da população até a década de 1950 (dados do IBGE expostos pela jornalista Paula Pimenta para a Agência Senado) (Pimenta, 2004), alguns anos antes do editorial, fato usado para contestar que a democracia considerava toda a população como “povo” para poder exercê-la. As editoras também citam a Suíça, “considerada o protótipo da democracia moderna”, para corroborar com essa ideia de “democracia apenas para alguns” e reforçar a necessidade de participação de grupos marginalizados pela minoria dominante.

Outro trecho destacado por este trabalho como exemplo de temática sobre democracia está no editorial 8 (junho/julho de 1978). No trecho abaixo, o editorial atravessa a temática da democracia com feminismo.

Se as idéias feministas ainda não conseguiram uma organicidade que permita às mulheres atuar como um movimento social organizado, alguns passos importantes já foram dados. Pela primeira vez, em nosso país, as forças democráticas incluem em seu programa político as reivindicações das mulheres e preocupam-se com a sua participação efetiva. Nos sindicatos o mesmo acontece.

O trecho acima traz a questão da democracia para mostrar o ponto de vista do *Nós Mulheres* de que o movimento feminista avançou a ponto de ser reconhecido como um programa de reivindicações a serem inclusas junto ao movimento pela democracia, formando uma união. Isso está bem expresso em: “as forças democráticas incluem em seu programa político as reivindicações das mulheres e preocupam-se com a sua participação efetiva”. De forma indireta, o trecho traz um contexto da articulação que se construía rumo à abertura política no Brasil e o fim da ditadura, conseqüentemente.

Assim, o movimento democrático não só reconhece – e assim, legitima- as lutas das mulheres como também as incorpora a agenda política. Além disso, o trecho elucida a preocupação do movimento feminista (incorporado pelo jornal) de que as mulheres não só ganhem espaço nesses movimentos como tenham voz – a “participação efetiva”. Mais ainda, elas citam os sindicatos para mostrar que não apenas como movimento social é necessário se integrar como luta social, mas também nos sindicatos – organizações que representam os interesses das

trabalhadoras e trabalhadores –, levando à luta política feminista para dentro das instituições laborais.

Agora, para exemplificar a temática do voto, que também integra democracia, trago um trecho (abaixo) do editorial de número 3 (novembro/dezembro de 1976), novamente, que articula o voto como uma culminância dos direitos civis e da democracia. Como comentado anteriormente, esse editorial foi dedicado praticamente inteiramente para falar dessa categoria de direitos civis, democracia e voto. O parágrafo que segue é o primeiro deste editorial. Ele cita a questão do voto como um direito civil mas, mais adiante (dentro deste editorial), as editoras escrevem que “o voto é apenas um momento da vida democrática”.

Apesar das mulheres participarem cada vez mais na vida de seus países, encontram-se ainda entre as camadas mais discriminadas da população. Nós, mulheres brasileiras, somos até hoje a maioria dos analfabetos do país e sempre estivemos entre os trabalhadores de mais baixa remuneração. O direito ao voto só nos foi concedido em 1934 e as mulheres casadas foram consideradas civilmente incapazes até 1962. Deste modo, para a luta das mulheres, é de fundamental importância a questão da democracia. O que é democracia? Os dicionários conceituam democracia como «o governo em que o povo exerce a soberania» e explicam, que nesta palavra de origem grega, **demós** significa povo e **Kratos** autoridade.

O trecho acima mostra como, para as editoras, a democracia era fundamental para o movimento feminista se desenvolver livremente e ter suas lutas legitimadas e poderem ser efetivadas. Essa ideia fica clara em: “para a luta das mulheres, é de fundamental importância a questão da democracia”. Se a democracia é o povo sendo a autoridade, não é possível excluir a maioria da população – as mulheres – das escolhas políticas, que tem como finalidade as agendas que impactam diretamente a vida em sociedade.

Também explicita que mesmo sendo um volume grande da população, tem pouca representação, recebem salários menores, o direito ao voto só havia sido concedido há menos de 50 anos e eram consideradas “civilmente incapazes” até 14 anos antes. As mudanças sobre a imagem das mulheres e seus direitos ainda não estavam consolidadas e para mudar a situação social, as editoras mostram que é necessário incorporar as mulheres ao espaço de tomada de decisões. Um dos momentos de tomada de decisões é o voto.

### 3.4 QUEM SOMOS

Além das três categorias de análise exploradas anteriormente, ao investigar os editoriais foi possível perceber uma outra categoria, que este trabalho intitula de “Quem somos”. Esta categoria consiste em trechos que explicitam de forma direta as posições e abordagens do jornal *Nós Mulheres*. O editorial é um o espaço adequado para este tipo de manifestação opinativa (Melo, 2003, p. 103). Dos oito editoriais, apenas a edição de número 6, de agosto/setembro de 1977, não conta com nenhum parágrafo que esboce um auto descritivo de quem é o veículo. Por outro lado, a edição seguinte, de número 7, trata quase inteiramente da percepção de quem faz/é o veículo, a exceção de dois parágrafos que mesclam “Quem somos” com a temática de direitos civis e outro que mescla com gênero.

Deste editorial 7, trago o parágrafo que cria a intersecção sobre a posição do veículo (quem somos) com a temática dos direitos civis:

Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe. No Brasil, dada a incipiência da organização de todos que lutam por uma sociedade democrática e, em particular, da organização das mulheres, essa liderança ainda não foi assumida. E esse é o grande desafio que enfrentamos. Será somente quando os movimentos amplos de mulheres das classes trabalhadoras e os atuais grupos feministas - em geral, mulheres pertencentes à classe média que tiveram acesso mais fácil ao conhecimento - integrarem-se como um todo orgânico, que o feminismo se tornará uma força concreta de transformação social.

O parágrafo discorre de maneira mais estendida sobre o que o veículo “acredita” – que há espaço para imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher e luta, também, por uma sociedade livre e democrática (porque, como deixa claro em outros momentos, uma coisa é inseparável da outra). As editoras afirmam ainda que a liderança feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras, mas, também, se posiciona sobre o fato de perceber que há pouca organização das lideranças dos movimentos sociais. Assim, atravessa o que o jornal “pensa” sobre a luta pelos direitos civis de toda a população, que passa pela organização dos movimentos sociais, inclusive das mulheres. Dessa maneira, é impossível separar a temática do feminismo, também, dessa exposição do quem somos, ainda que ela apareça de forma mais sutil no trecho acima.

Para exemplificar essa categoria, trago abaixo, o último parágrafo da segunda edição

Refletir os problemas sentidos, vividos, e discutidos por todas Nós Mulheres é a forma que este jornal está procurando para ser, cada vez mais, um jornal. Representativo da maioria das mulheres brasileiras. Para tanto, é fundamental que mais leitores nos enviem idéias, críticas, comentários e sugestões. (Editorial 2, setembro/outubro, 1976).

No trecho acima, as editoras mostram suas intenções com a produção do veículo: refletir sobre os problemas e discuti-los, para, assim, contribuir para a representação das mulheres. Além de expressar a intenção do veículo, ele cria uma abertura direta com o público, solicitado sua participação a fim de ampliar esse espaço representativo.

Outro exemplo, que pode ser conferido na edição 4 do *Nós Mulheres* (Março/abril, 1977), onde os dois últimos parágrafos foram categorizados como Quem Somos. O parágrafo que pode ser conferido abaixo, explora de forma mais desenvolvida pelas editoras a proposta do veículo e as crenças que o jornal cultivava: a luta pela emancipação da mulher – reconhecido por uma data, o 8 de março – e, também, a luta pela garantia de “salários iguais por trabalhos iguais”, oferta de creches e escolas e segurança alimentar através dos espaços de estudo e trabalho. Para alcançar esse objetivo, o veículo propõe a ampla participação das mulheres no engajamento dessas causas, além da participação democrática da população em geral para tratar dos problemas de toda a sociedade.

NÓS MULHERES propõe que não deixemos transformar o 8 de março em apenas uma outra data qualquer. O importante é que esse dia signifique um passo a mais na luta da mulher por sua emancipação. Queremos salários iguais por trabalhos iguais, creches e escolas em número suficiente, refeições nas escolas e locais de trabalho. Para isto, defendemos a mais ampla e democrática participação das mulheres e da população em geral na discussão das questões que afetam diretamente a vida dos trabalhadores bem como dos grandes problemas nacionais.

Enfim, mais um exemplo dessa apresentação de quem é o jornal pode ser conferido no primeiro parágrafo do editorial de número 5:

Depois de um longo período de silêncio, por volta de 1973 novos grupos se formaram em torno de ideias democráticas, voltando a exercer o direito à crítica social. Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro

número de NÓS MULHERES. Era a primeira vez que fazíamos um jornal, daí o clima de confusão e insegurança. Mas mesmo em meio à confusão nosso objetivo se manteve claro: fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e a dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual. Um jornal de frente onde coubessem todos os interessados em discutir abertamente a opressão da mulher. Um jornal que debatesse a situação da mulher brasileira estava destinado ao fracasso, segundo alguns, e ao ridículo segundo outros. Mesmo entre nós havia reservas ao nos afirmar feministas, palavra tão desgastada. Pois às vezes pode aparecer mais fácil fechar os olhos à opressão e contentar-se com as migalhas de liberdade que nos oferecem. Ou então buscar soluções individuais, falso raciocínio de que não há mulheres oprimidas, mas nós já superamos o problema.

O trecho acima esboça a intenção do impacto que o veículo pretende ter frente às mobilizações das causas das mulheres (as causas feministas). Aqui, as editoras falam sobre a própria história. É interessante reparar como, diferente dos editoriais das grandes empresas jornalísticas, parece haver de fato uma unidade, onde falar “nós” para elucidar a trajetória e as posições/crenças do veículo parece ser a união de todas as mulheres que produziam o veículo, além de salientar a ausência de um interesse de um grupo particular. Pelo contrário, o jornal se posicionava para agregar força à luta das mulheres, desde então metade da população brasileira.

O trecho cria um diálogo com a temática do feminismo e deixa claro para quem o veículo se dirige: “a mulher trabalhadora, a mãe e a dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual”. E o objetivo/intenção: “discutir abertamente a opressão da mulher”. Além de contextualizar sobre o gatilho propulsor que fez o jornal nascer: primeiramente, em 1973, quando “novos grupos se formaram em torno de ideias democráticas” – se referindo aos movimentos que se esboçavam ainda em meio à ditadura e ao AI-5 – e, depois, consolidado em 1975, quando surgiu o “Ano Internacional da Mulher” – data declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que fez o debate em torno da opressão da mulher crescer pelo mundo.

A seguir, no próximo capítulo, realizamos a sistematização dos dados analisados nesta etapa de análise metodológica.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir de uma abordagem empírica deste trabalho, isto é, ao fazer um olhar sobre os editoriais e observar seus textos, dividimos a análise, inicialmente, em três categorias (Gênero e Feminismo; Trabalho; Direitos Cívicos e Democracia). Em seguida, criamos uma tabela com tais categorias, e percebemos que *Gênero e Feminismo* tem uma incidência de aproximadamente 90% de presença (a categoria aparece em 7 dos 8 editoriais); enquanto o *Trabalho* tem cerca de 40% de incidência (aparece em 3 dos 8 editoriais) e *Direitos Cívicos e Democracia* possui aproximadamente 63% de incidência (5 dos 8 editoriais).

Após a conclusão dessa primeira leitura e categorização, percebemos haver uma quarta categoria, que intitulamos de *Quem somos*. Esta nova categoria tem incidência em 7 textos, correspondendo a uma presença de, aproximadamente, 90%. A categoria *Quem Somos* apresenta o posicionamento do jornal e é utilizada para apresentar pontos de vista das editoras do *Nós Mulheres*, com um texto que representa quem é o meio de comunicação.

Na categoria *Gênero e Feminismo*, foi possível observar que os editoriais apresentam uma visão de que o Feminismo é um meio de emancipação social, que foca nas opressões específicas das mulheres, mas que tem como consequência a emancipação de toda a sociedade. Essa emancipação também é elaborada através do debate sobre as construções de gênero e suas implicações.

O debate sobre gênero atravessa a categoria *Trabalho*. Nessa categoria, os editoriais focam no debate de classe – como as camadas sociais têm intersecções e pesos diferentes, isto é, mulheres da classe trabalhadora sofrem mais obstáculos e discriminações sociais do que aquelas abonadas economicamente. Os editoriais também falam da carga de trabalho dobrada pelo trabalho doméstico, destinado exclusivamente às mulheres – aqui, a questão de classe é retomada ao referir que as mulheres com mais dinheiro podem pagar para outras mulheres fazerem o trabalho doméstico. Além disso, retratam a opinião de que a sociedade encara os trabalhos domésticos como uma função herdada naturalmente e exclusivamente para mulheres.

Na categoria de *Direitos Cívicos e Democracia*, os editoriais apresentavam uma visão de que é necessária uma maior articulação como grupo político, isto é, a necessidade das mulheres se reunirem e ocuparem os espaços públicos. Além disso, narra o sentimento de que, aos poucos, nos raros espaços de liberdade que

apareciam, os movimentos sociais iam ocupando essas lacunas. Também reivindicam direitos para outros grupos sociais, mas expõe as necessidades das mulheres com mais ênfase. Também argumentam que para os direitos civis serem atendidos e para existir igualdade social, é necessário que a sociedade viva uma democracia. A categoria apresenta uma visão, de que para a democracia ocorrer é necessário que o movimento feminista tome a frente e se organize junto aos demais segmentos sociais. É possível perceber uma espécie de ausência da comunidade LGBT, visto que o tema só é citado diretamente no editorial de número 8. Também aparece de forma discreta o debate sobre questão racial.

Para finalizar, percebemos que esse debate somente foi possível, ser realizado nos textos dos editoriais, por se tratar de um veículo alternativo e independente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do nosso objetivo geral – revisitar os caminhos que o jornal *Nós Mulheres* percorreu, através dos editoriais, em sua prática jornalística, como um meio independente e alternativo e como esses elementos podem contribuir na construção das discussões sobre as lutas feministas no contemporâneo –, esse trabalho articula memória com o debate sobre práticas jornalísticas e discussões de gênero e feminismo, que, por sua vez, ganham ainda mais relevância ao estarem inseridas na luta pela democracia brasileira.

Para isso, esse trabalho percorreu diferentes etapas. Primeiramente, definiu, a partir de Melo (2003; Melo e Assis, 2016), o conceito de editorial, dentro do debate sobre gêneros e formatos jornalísticos, onde foi possível chegar a definição de que o editorial se trata de um texto opinativo, que expressa a opinião oficial da “empresa”.

Após definir editorial, discorremos sobre gênero e feminismo, com foco, também, na relação entre feminismo e jornalismo. Louro e Duarte são as duas principais referências da construção feita neste trabalho. A partir de Louro (2008), foi possível entender melhor o conceito de gênero como um processo por múltiplas instâncias, sendo uma construção social que acontece, também, no âmbito da cultura, inclusive pela mídia (embora, no caso do *Nós Mulheres*, essa lógica não se cumpra, já que o jornal se contrapõe à lógica hegemônica e trabalha pela desconstrução das normas de gênero). Já a partir de Duarte (2019), foi possível rever as lutas das mulheres, no Brasil, ao longo da história e a atuação delas na imprensa, com seus livros e jornais feministas. A autora também recupera o histórico de rejeição, por parte da população brasileira, ao termo feminismo. Para Duarte (2019), isso acontece porque a história do feminismo é pouco contada. As questões expostas pelas autoras podem ser vistas e debatidas, também, no âmbito do *Nós Mulheres*.

Como última etapa da fundamentação teórica, partimos para um aprofundamento sobre os conceitos de jornalismo alternativo e independente. Os principais autores trabalhados neste subcapítulo foram Carvalho e Bronosky (2017). No ponto de vista destes autores, todo jornalismo alternativo é independente, mas nem todo jornalismo independente é alternativo, uma vez que para um veículo existir como um meio alternativo, ele deve ter independência em relação a grupos empresariais (acrescento que deve ter independência em relação às instituições governamentais).

Carvalho e Bronosky (2017) recorrem ao significado literal do termo alternativo para explicar sua lógica, isto é, o jornalismo alternativo é “uma alternativa” em relação à outra coisa, outra lógica, por vezes, considerada a “original” (ou a mais reconhecida). Dessa forma, por ser uma nova possibilidade, o jornalismo alternativo traz outros pontos de vista em relação aos que são produzidos por grandes empresas jornalísticas detentoras do poder e que estão inseridas em uma lógica de perpetuar posições sociais. Para isso, os veículos independentes são abastecidos pelo senso crítico e pela vontade de mudar as estruturas sociais, se posicionando contra a lógica hegemônica. O jornalismo alternativo foge, também, da lógica da produção jornalística convencional, e isso reflete na forma como o texto é construído, o que pode ser visto nos editoriais estudados neste trabalho. Há uma espécie de subjetivação – ou, em outras palavras, é possível perceber as “sujeitas” que escrevem, e elas dialogam com o público leitor. Assim, através dessa fundamentação, foi possível ver por que o *Nós Mulheres* se encaixa como um veículo alternativo e independente.

O processo citado anteriormente permitiu que olhássemos para nosso objeto com um olhar mais apurado e fundamentado para chegarmos na análise e nas conclusões. É possível concluir que o *Nós Mulheres* rompe, em parte, com o conceito de editorial proposto por Melo (2003). A fissura em relação ao autor está em sua afirmação de que “os editoriais partem da voz dos donos das empresas jornalísticas”, isto é, das famílias abonadas que dominam os veículos de mídia no Brasil, daqueles que detêm o capital. Para Melo (2003), os editoriais explicitam direcionamentos, opiniões desses grupos, para dizer ao Estado e sociedade como as coisas devem ser feitas, através de seus interesses.

Com isso, para ter poder de opinião, nessa lógica, é preciso deter poder dos meios de comunicação e influência social. No entanto, no jornalismo alternativo, como é o caso do *Nós Mulheres*, essa lógica é rompida, justamente porque a característica dos meios alternativos e independentes é quebrar com a lógica de dominação dos “patrões”. O jornalismo feito nas “margens”, o jornalismo militante, encontra espaço para ecoar vozes diferentes dentro do jornalismo alternativo, independente, e, conseqüentemente, engajado – como o veículo estudado neste trabalho.

O *Nós Mulheres*, ao criar um diálogo do movimento feminista, convocando para a articulação política e à luta pelos direitos civis e à democracia, ao expor os problemas enfrentados pela sociedade – como a falta de espaço para a liberdade de opinião, igualdade entre classes e gêneros e as dificuldades advindas das formas de

trabalho – se concretiza como um veículo engajado, principalmente pelos editoriais que sempre se apresentam na abertura das edições.

Também é possível perceber que, na medida que o veículo foi se desenvolvendo (inclusive, essa percepção de amadurecimento é descrita pelas editoras), ele foi se “assumindo” mais feminista, se posicionando de forma mais direta e constatando que existem, de fato, opressões específicas às mulheres, e que cabe a elas dar seguimento a luta feminista. Enquanto o debate feminista ia se elucidando mais claramente, temas relacionados à trabalho e aos problemas comuns aos homens e mulheres iam diminuindo – no começo, elas falavam de uma luta que precisava de homens e mulheres correndo atrás de soluções, e, conforme as novas edições surgiam, elas foram constatando que a força propulsora deveria vir das mulheres.

É lembrado, como exemplo, o sexto editorial que cita a postura defensiva que muitas mulheres adotam quando se intitulam como feministas. Ainda que se possa entender que muitas vezes as mulheres adotavam essa postura – e ainda adotam – procurando evitar o conflito, é importante refletir sobre como os tensionamentos são necessários para provocar mudanças sociais, e o *Nós Mulheres* mostrou para seu público essa possibilidade. Não se trata de um conflito sem propósito, vingativo e que não compreende que muitos homens (e mesmo algumas mulheres) são machistas por estarem inseridos em uma sociedade patriarcal heteronormativa, mas isso não muda o fato de que uma postura apaziguadora não resulta em movimento.

A postura das editoras do *Nós Mulheres* abriu mais visibilidade para as causas feministas e aquelas em prol dos direitos civis, já que, para o jornal, as duas causas vivem em uma relação simbiótica, isto é, precisam viver juntos. À medida que o jornal avançava, também foi possível perceber que para o veículo o feminismo é um movimento agregador de diversas lutas, abrindo um debate indireto sobre a interseccionalidade do movimento.

Dessa forma, é possível perceber que o jornal tinha a percepção de que o movimento continuaria impactando a sociedade posteriormente. A última edição, apesar de não anunciar um fim, denota um sentido de outras possibilidades de atuação pela luta feminista, através de associações e agendas. O jornal fomenta debates que podem ser projetados ainda hoje e possibilita ao campo jornalístico um olhar de como a mídia pode se apropriar deste espaço para dar visibilidade e ecoar vozes contra hegemônicas, impulsionadas pelo senso crítico e pela vontade de mudar as estruturas sociais em prol da coletividade.

Com nosso trabalho é possível inferir que os veículos de comunicação podem não ter uma perenidade, mas conseguem estabelecer uma espécie de paradoxo – ao narrar problemas do presente consegue projetar questões para o futuro, ainda que seja para a memória coletiva. No caso do *Nós Mulheres*, ele esboça características particulares daquele contexto de ditadura, mas alcança questões presentes ainda hoje. Os meios de comunicação de massa estão presentes para manter a norma, mas veículos como o *Nós Mulheres* alternam a ordem e as normas.

Os veículos alternativos e independentes surgem em um determinado momento, cumprem seu papel, e vão embora, porque o espaço vai ser transformado e outros meios vão surgir. Como Louro (2008) aponta, a medida em que aconteça uma apropriação dos conceitos (como o de gênero), é possível inverter, quebrar, romper com eles e criar significados e espaços. Isso acontece com gênero e sexualidade e acontece, também, com os veículos alternativos. Atualmente, conforme os veículos impressos vão perdendo espaço, novas iniciativas surgem, se apropriando das redes sociais e dos espaços digitais para abrir espaço para as discussões sociais.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Marcelli Alves; SANTOS, Wyldiany Oliveira dos. Jornalismo Independente em comunicação: um estado da arte. **Revista Alterjor**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 696–713, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/205922>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 21–39, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10007>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25–47.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GENRO FILHO, Adelmo. Teoria do Jornalismo. Palestra de Adelmo Genro Filho. **Revista Fenaj**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1–14, 1996.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 15–46, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página aberta, 1991.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 17–23, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072008000200003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200003&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 15 nov. 2024.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. Disponível em: <https://notamanuscrita.com/wp-content/uploads/2014/08/jesus-martin-barbero-dos-meios-as-mediacao3a7c3b5es.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- MARTINS, Marina Solon Fernandes Torres; NUNES, Márcia Vidal. A imprensa alternativa e o movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil: a relevância do jornal Nós Mulheres. **XII Encontro Nacional de História da Mídia**, [s. l.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/48944>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- MCQUAIL, Denis. **Teorias da Comunicação de Massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Disponível em: <https://olharimagens.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/teorias-da-comunicacao3a7c3a3o-de-massas-denis-mcquail.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MELO, José Marques De. **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, [s. d.].

MELO, José Marques De; ASSIS, Francisco De. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39–56, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-58442016000100039&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442016000100039&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 15 nov. 2024.

MENDES, Fernanda Coelho. "O milagre e o sertão": a atuação política e intelectual de Rachel de Queiroz durante o governo Médici. **Revista Latino-Americana de História-UNISINOS**, [s. l.], v. 8, p. 290–312, 2019. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/933>. Acesso em: 15 nov. 2024.

NASCIMENTO, Luciano. **Fenaj recebe relatório sobre jornalistas perseguidos na ditadura**, Brasília, 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/fenaj-recebe-relatorio-sobre-jornalistas-perseguidos-na-ditadura>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PIMENTA, Paula. **Superar o analfabetismo segue como meta inalcançada do PNE**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/06/superar-o-analfabetismo-segue-como-meta-inalcancada-do-pne>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 83–92.

#### REFERÊNCIAS EDITORIAIS

EDITORIAL. **Nós Mulheres**. São Paulo, n.1, p.2, junho, 1976. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**. São Paulo, n.2, p.2, setembro-outubro, 1976. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn2.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**. São Paulo, n.3, p.2, novembro-dezembro, 1976. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn3.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**. São Paulo, n.4, p.2, março-abril, 1977. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn4.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**. São Paulo, n.5, p.2, junho-julho, 1977. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn5.pdf>  
. Acesso em: 15 nov. 2024.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**. São Paulo, n.6, p.2, agosto-setembro, 1977. Disponível em:  
<https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn6.pdf>  
. Acesso em: 15 nov. 2024.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**. São Paulo, n.7, p.2, março, 1978. Disponível em:  
<https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn7.pdf>  
. Acesso em: 15 nov. 2024.

EDITORIAL. **Nós Mulheres**. São Paulo, n.8, p.2, junho-julho, 1978. Disponível em:  
<https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn8.pdf>  
. Acesso em: 15 nov. 2024.

## ANEXO A – EDITORIAIS

## Editorial 1

## editorial

Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que NÓS MULHERES não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa pra homem.

Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir esta função que dizem a função natural da mulher: mãe e esposa. NÓS MENINAS, devemos sempre andar limpinhas e brincar (de preferência dentro de casa) de boneca, de comidinha, de casinha. E os meninos podem andar sujos e brincar na rua porque são moleques e porque devem se preparar para tomar decisões, ganhar a vida e assumir a chefia da casa. Além disso, aprendemos que sexo é um pecado para NÓS MULHERES, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação.

Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir marido. Ao mesmo tempo, vemos todos aplaudirem as conquistas amorosas e as farras de nossos irmãos. E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter uma liberdade que para nós é considerada pecaminosa.

Quando vamos procurar um emprego, porque o salário do marido ou do pai não dá pra viver, ou porque queremos sair um pouco da solidão das quatro paredes de uma casa, sempre encontramos mais dificuldades que o homem, porque somos mulheres.

Dizem-nos que não seremos boas trabalhadoras porque traremos para o serviço o cansaço do trabalho de casa e a preocupação com nossos filhos. E quando, com muita dificuldade, conseguimos um emprego (às vezes, nossos próprios pais ou maridos não nos deixam trabalhar pois foram acostumados a pensar que os homens devem sustentar a casa) sempre ganhamos menos que os homens, mesmo fazendo o mesmo trabalho que eles. E, neste emprego, nossos cargos são sempre subalternos. Até nos acostumamos a pensar que os chefes devem ser homens! NÓS MULHERES somos oprimidas porque somos mulheres.

Mas mesmo entre nós existem diferenças. Um grande número de mulheres cumpre uma dupla jornada de trabalho: o trabalho fora de casa o trabalho doméstico. Outras cumprem só as tarefas domésticas. Mas, entre as próprias donas de casa, persistem diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a passar o dia inteiro fazendo o trabalho de casa porque têm dinheiro para contratar alguém que faça este serviço por elas. Além disso, podem dar uma boa alimentação, uma boa escola, brinquedos e roupas a seus filhos. A maioria das donas de casa, porém, é obrigada a passar o dia todo lavando, passando, arrumando, cozinhando, cuidando dos filhos, num trabalho que não

acaba nunca. Muitas não podem sequer dar a seus filhos uma boa alimentação e uma escola. Muito menos brinquedos e roupas.

Queremos mudar esta situação. Achamos que NÓS MULHERES devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. É possível que nos perguntem: «Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?» Nós responderemos: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurante a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só. NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação.

NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções.

Sua colaboração é muito importante. São poucas as tribunas democráticas que a mulher (e não só a mulher) encontra hoje em dia para poder expressar sua opinião tanto em relação aos problemas gerais da sociedade quanto ao seu problema específico de mulher.

Queremos que este jornal seja mais uma destas poucas tribunas. É por isto que quanto mais cartas, críticas, artigos, sugestões, informações você mandar, estará ajudando a construir este nosso instrumento de conscientização e luta.

É claro que neste número não poderia caber tudo o que queríamos mostrar. Pretendemos retomar nos próximos números os assuntos que tratamos neste e outros, falando por exemplo da vida da secretária, da mãe solteira, da enfermeira, da desquitada, de NÓS MULHERES, enfim. Finalmente, queremos agradecer a gentileza de Ruth Escobar, a quem devemos o financiamento deste primeiro número.

E a todas as mulheres que contribuíram com seu depoimento para o nascimento do jornal NÓS MULHERES.

# editorial

O custo de vida não para de subir.

Aumentou o preço do feijão,  
da carne, das frutas, do leite.

Segundo estatísticas oficiais,  
de julho do ano passado  
a julho deste ano, o  
custo de vida aumentou de 43%,

ou seja: uma família  
que gastava 1.000 cruzeiros  
(o ano passado) para comer,  
vestir, morar etc.,

hoje teria que pagar 1436  
cruzeiros pelas mesmas coisas.

O resultado é que as famílias  
das classes trabalhadoras  
têm que reduzir ainda mais  
o seu precário nível de vida.

Diante dessa situação,  
um número cada vez maior  
de mulheres saem de seu isolamento

para juntas, analisarem  
as condições em que vivem,  
reivindicando mudanças. Em junho  
desse ano, mulheres da periferia

de São Paulo reuniram  
4.000 pessoas em Vila Remo,

para discutirem e mostrar  
às autoridades a necessidade  
imediate de se congelar os  
preços e aumentar os salários.

Em Mauá, no outro canto  
da cidade, as donas de casa do Parque  
das Américas

se reuniram para pedir  
ao prefeito que mande sanear  
o córrego e instale  
um posto de puericultura,  
medidas mínimas para melhorar  
as condições de vida do bairro.

Em todas as direções  
os problemas são os mesmos:

é preciso que os salários  
aumentem, que os preços  
dos gêneros alimentícios  
sejam congelados,

que o sistema de  
transportes sofra melhorias,  
que se criem creches, etc..

Trabalhando fora de casa ou não,  
são as mulheres as responsáveis  
pelo trabalho doméstico e,  
naturalmente, quem maior  
contato cotidiano tem com  
essa situação. Executando  
este trabalho, elas  
garantem parte da existência  
dos trabalhadores e de  
sua geração futura.

Assim, custo de vida e  
trabalho doméstico são  
problemas interligados  
e é por isso que donas  
de casa nos falam também  
de suas reivindicações,  
de sua função e da  
importância social de seu papel.

Sabemos também que devido às  
condições sociais e aos baixos  
salários, cada vez mais mulheres  
saem de casa à procura  
de trabalho, seja para seu  
sustento próprio, seja  
para aumentar o rendimento  
familiar. Entretanto, as opções  
são poucas e são as mulheres  
as mais prejudicadas pelo  
desemprego. Dessas dificuldades  
do mercado de trabalho  
nos falam outras mulheres.

Finalmente, Nós Mulheres  
trata também das eleições  
municipais na medida  
em que estas são uma das formas  
encontradas pelo povo  
para expressar e encaminhar  
suas reivindicações.

Refletir os problemas sentidos,  
vividos, e discutidos por  
todas Nós Mulheres é a forma  
que este jornal está procurando  
para ser, cada vez mais,  
um jornal representativo  
da maioria das mulheres  
brasileiras. Para tanto, é fundamental  
que mais leitores nos enviem idéias,  
críticas, comentários e sugestões.

# EDITORIAL

Apesar das mulheres participarem cada vez mais na vida de seus países, encontram-se ainda entre as camadas mais discriminadas da população. Nós, mulheres brasileiras, somos até hoje a maioria dos analfabetos do país e sempre estivemos entre os trabalhadores de mais baixa remuneração. O direito ao voto só nos foi concedido em 1934 e as mulheres casadas foram consideradas civilmente incapazes até 1962. Deste modo, para a luta das mulheres, é de fundamental importância a questão da democracia. O que é democracia? Os dicionários conceituam democracia como «o governo em que o povo exerce a soberania» e explicam, que nesta palavra de origem grega, **demos** significa povo e **Kratos** autoridade.

Na Grécia antiga, que é considerada a mãe da democracia, só os homens livres tinham direitos de cidadãos; isto é, eram os únicos que podiam exercer qualquer função sem discriminações. Os escravos não tinham direitos e as mulheres eram excluídas da vida política e social.

A democracia moderna estabeleceu que todos os homens são iguais diante da lei. Entretanto, ainda hoje permanecem discriminações. Apesar de terem os mesmos deveres (trabalho, impostos, serviço militar, etc...) os analfabetos, que até há alguns anos atrás eram a maioria da população em nosso país, não votam; e na Suíça, considerada o protótipo da democracia moderna, as mulheres só conseguiram participar das eleições (votar e serem votadas) em 1971! Isto acontece porque, além de seus princípios, a democracia política pode assumir diferentes formas, dependendo da maneira que o povo exerce seu poder.

Por isso, quando se fala em democracia, é preciso saber quem é considerado «povo», quais as pessoas que dentro de um país desfrutam de plenos poderes políticos e como exercem estes direitos. É disso que depende a soberania popular.

Quanto maior for a parcela da população com efetivas condições de participar da vida política de um país, mais representativo será o governo. Porém, o voto é apenas um momento da vida democrática. Para que a população possa intervir e participar da organização da sociedade em que vive, é preciso garantir, também, que as diferentes correntes políticas existentes no seio da população possam exprimir-se de forma a serem assegurados, tanto os direitos da maioria, quanto os das minorias. E, mais que isto, ao lado dos partidos, os grupos sociais devem lutar pelo direito de se organizar de maneira autônoma nos sindicatos, associações de bairro, clube de mães, etc... Pois a verdadeira democracia começa na base da sociedade e deve encontrar nela seus meios de expressão.

E, para que tudo isso possa se dar de forma bem ampla, é preciso existir liberdade de expressão. O pensamento deve exprimir-se livremente e sem medo, pois a imprensa tem o dever de informar e criar debates.

Estas são algumas das razões que levam as mulheres a lutar por uma democracia mais ampla, na qual sejam reconhecidos não apenas seus deveres, mas também seus direitos.

# EDITORIAL

O destino dos homens não depende de suas características físicas. Assim como ninguém é escravo porque nasceu com a pele negra, ninguém deve ser discriminado por pertencer ao sexo feminino. Homens e mulheres nascem iguais, com os mesmos direitos de viver digna e decentemente, de ser livre e de buscar a felicidade.

Se não é essa a nossa realidade, não podemos culpar o clima ou qualquer outra fatalidade e sim a sociedade em que vivemos. A mulher, por séculos, tem sido educada para ser mãe, esposa e dona de casa. O homem, por sua vez, tem a obrigação de sustentar a família, passando o dia fora de casa, sem tempo para dedicar-se aos filhos e à mulher. Os problemas que o homem enfrenta no trabalho são bem diferentes dos que a mulher experimenta no dia-a-dia de dona de casa. O trabalhador enfrenta as filas para o ônibus, as dificuldades do trabalho e o baixo salário mas sabe, no entanto, que sua vida é idêntica a de milhares de outros trabalhadores e que seus interesses e lutas são os mesmos.

A mulher fica isolada em casa, sem saber muito bem o que fazer contra a carestia da vida, a falta de escolas e creches, os buracos na rua, a luz elétrica que não foi colocada, etc. Quando sai para trabalhar, porque o salário do marido não dá para viver, a mulher aceita ganhar menos que os homens pelo mesmo trabalho sem saber que isto prejudica a todos os trabalhadores.

É evidente, entretanto, que homens e mulheres estão unidos por sua origem social, isto é, pertencer às camadas trabalhadoras é bem diferente de ter nascido no meio da riqueza. Se homens e mulheres das camadas trabalhadoras, juntos, lutassem por melhores salários, por creches e escolas para as crianças, por refeições nos locais de estudo e de trabalho, etc. as condições de vida seriam muito melhores, as despesas poderiam ser repartidas, o trabalho doméstico seria realizado mais rapidamente e todos teriam mais tempo para estarem juntos, para brincarem com as crianças, para ler, ver televisão e ir ao cinema, pois o lazer é um direito de quem trabalha.

No dia 8 de março de 1857, na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, as operárias das indústrias têxteis e de confecção entraram em greve. Elas exigiam igualdade de salários e redução da jornada de trabalho. A importância desta manifestação - em que as mulheres se uniram para reivindicar seus direitos como trabalhadoras - fez com que uma militante dos direitos sociais, Clara Zetkin, propusesse, em 1910, que o dia 8 de março fosse comemorado no mundo inteiro como o **Dia Internacional da Mulher**.

NÓS MULHERES propõe que não deixemos transformar o 8 de março em apenas uma outra data qualquer. O importante é que esse dia signifique um passo a mais na luta da mulher por sua emancipação. Queremos salários iguais por trabalhos iguais, creches e escolas em número suficiente, refeições nas escolas e locais de trabalho. Para isto, defendemos a mais ampla e democrática participação das mulheres e da população em geral na discussão das questões que afetam diretamente a vida dos trabalhadores bem como dos grandes problemas nacionais.

**Nós Mulheres** é uma das tribunas abertas a esta discussão. Mais do que isto, aberta à participação, debate e colaboração de todos aqueles, homens e mulheres, que lutam por uma sociedade mais justa onde comer, estudar, trabalhar em condições dignas e participar seja um direito garantido a todos.

# EDITORIAL

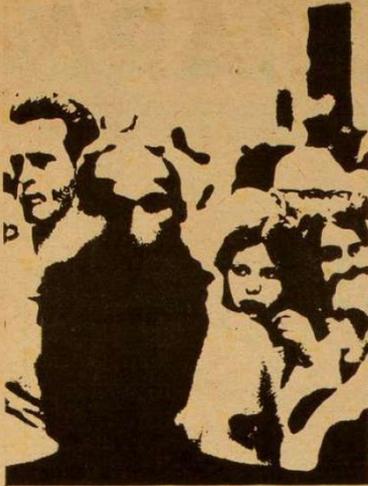
Depois de um longo período de silêncio, por volta de 1973 novos grupos se formaram em torno de idéias democráticas, voltando a exercer o direito à crítica social. Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro número de NÓS MULHERES. Era a primeira vez que fazíamos um jornal, daí o clima de confusão e insegurança. Mas mesmo em meio à confusão nosso objetivo se manteve claro: fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e a dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual. Um jornal de frente onde coubessem todos os interessados em discutir abertamente a opressão da mulher. Um jornal que debatesse a situação da mulher brasileira estava destinado ao fracasso, segundo alguns, e ao ridículo segundo outros. Mesmo entre nós havia reservas ao nos afirmar feministas, palavra tão desgastada. Pois às vezes pode aparecer mais fácil fechar os olhos à opressão e contentar-se com as migalhas de liberdade que nos oferecem. Ou então buscar soluções individuais, falso raciocínio de que há mulheres oprimidas, mas nós já superamos o problema.

O grupo de NÓS MULHERES formou-se em torno da idéia de criar um jornal feminista. Muitas de nós sequer nos conhecíamos, como não conhecíamos o que significava feminismo para o resto do grupo. Aos poucos, porém, num processo muitas vezes doloroso, fomos nos conhecendo. Respeitar opiniões diferentes das nossas; aceitar a lentidão das decisões que tinham de ser tomadas por todo o grupo; formar um sistema de trabalho. Foi um processo longo em que algumas mulheres saíram, outra outras se aproximaram. Deixamos um porão frio e úmido e viemos para a sala clara e arejada onde agora trabalhamos. Um bebê nasceu, outros dois estão a caminho. E, como um recém-nascido, as maiores dificuldades foram vencidas no primeiro ano de vida. Estamos aprendendo a caminhar.

Nesse primeiro ano tomamos contato com outros grupos de São Paulo, com grupos feministas no Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre. O movimento cresceu, tendência inevitável deste momento da História em que já não se pode mais tolerar a constante violação dos direitos humanos. Cresceu tanto, que a comemoração do Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março, há dois anos praticamente desconhecido no Brasil, este ano aconteceu em vários pontos da cidade, com a participação de mais de mil mulheres-operárias, empregadas domésticas, donas de casa, mães, estudantes, intelectuais. Tanto, que o Congresso Nacional acaba de dar início a uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação da mulher no Brasil. E embora seja voz corrente que quando não há solução para um problema, nomeia-se para ele uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o fato é que a inferioridade da mulher deixou de ser um tema maldito para ser, ao mesmo, reconhecido oficialmente. (Há dez anos, um número especial da revista Realidade sobre o tema Mulher e Trabalho sofreu o mesmo destino.)

Há esperanças, porém. Mesmo lutando com a falta de liberdade de expressão que o sistema político nos impõe, estamos realizando o nosso trabalho. (E para isso temos contado com o apoio de amplos setores da imprensa.) Mesmo lutando com muita dificuldade econômica, temos conseguido sobreviver. Pois sabemos que enquanto houver uma mulher oprimida, não haverá liberdade; enquanto nossos olhos refletirem a imagem de favelas miseráveis, de famílias inteiras se arrastando pelas ruas; a imagem de mulheres seminuas em capas de revistas, em folhinhas penduradas nas paredes das oficinas; enquanto houver crianças famintas e abandonadas, trancadas sozinhas dentro dos quartos enquanto as mães vão trabalhar; enquanto houver prostituição, nenhuma mulher será livre. Sabemos disso, e essa é nossa causa. Vencidas as dificuldades iniciais, é como escreveu uma companheira: «Hoje já é possível pensar em mim sem esquecer de você ou de todas nós, pensar em todas nós sem me sentir dividida na luta política mais ampla, e pensar em política sem que para tal tenha que me esquecer de mim ou de nós. E isso já é muito mais que um começo».

## Editorial 6



**É** comum ouvirmos hoje em dia, das mais variadas pessoas e inclusive de mulheres verdadeiramente democratas, as seguintes frases: «O feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos como o nosso» ou «A luta pela emancipação feminina é importante, mas a luta pela emancipação dos trabalhadores é muito mais importante». Os que assim falam não percebem que as palavras feminismo e emancipação feminina podem ter vários significados e perdem seu sentido se não vierem acompanhadas de uma explicação. Acontece aqui o mesmo que acontece com outras palavras. Por exemplo, muitas pessoas que se dizem democratas estão na verdade querendo uma democracia que só sirva a um pequeno número de privilegiados e não uma verdadeira democracia, onde certos direitos básicos como o de pensar, se expressar e se organizar sejam direitos assegurados a todos os indivíduos e classes sociais. Ora, o feminismo pode também ter vários significados. Existem movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, que acham que a mulher deve se organizar para lutar contra o homem. Os que falam que o feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos, estão provavelmente pensando nesse tipo de feminismo. Mas no pensarem, não percebem que esse tipo de feminismo não só não serve aos países subdesenvolvidos como não serve a nenhum tipo de país, pois coloca a luta da mulher de uma forma incorreta.

## EDITORIAL

Mas, ao falarmos assim, nos perguntam: «E o que seria então o feminismo para vocês? Qual seria a maneira correta de colocar a luta da mulher?».

A tendência de todas nós, mulheres feministas, é a de responder a esta pergunta de uma maneira defensiva: «Nós não separamos a luta pela emancipação feminina da luta mais ampla pela emancipação do ser humano em geral». Defensiva porque, ao dizermos isto, apenas estamos querendo mostrar que não somos contra os homens, que não somos contra isto e aquilo. Ou seja, dizemos o que não somos e o que não pensamos, mas não definimos claramente o que entendemos por emancipação feminina, por emancipação do ser humano e a ligação que existe entre essas duas coisas.

A grande aspiração da maioria do povo brasileiro, hoje em dia, é viver numa sociedade em que todos tenham suas necessidades básicas atendidas. Ou seja, onde todos tenham o que comer, onde dormir, o que vestir, possam estudar, trabalhar, cuidar da sua saúde, se divertir, pensar, falar, agir e se organizar livremente. Essa aspiração, nada mais é do que a vontade de viver numa sociedade democrática e onde haja uma justa distribuição da renda. É lógico que essa maravilha não vai cair do céu e que vai precisar de muita luta para que essa sociedade seja conquistada.

Certo, mas as mulheres? Onde é que elas entram nessa história toda? As mulheres são nada mais, nada menos do que *metade* da população brasileira. Metade da população que, na sua grande maioria, não participa ativamente das transformações sociais. Mesmo quando trabalham, as mulheres não participam nos seus sindicatos. São pouquíssimas as que participam de associações de bairro, de clubes de mães e de outros tipos de associação. Muitos pensam, homens e mulheres, que basta o homem participar. Que a mulher pode e deve ficar cuidando da casa e dos filhos. Que participação é política e que política é coisa de homem. Mas será que só os homens vão conseguir mudar a situação? Que metade da população pode ficar em casa, pois a outra metade se encarrega da parada? A história prova que não. Sempre, em todos os grandes momentos da história mundial, a mulher percebeu a importância de sua participação e participou ativamente. Assim, lutar para que a mulher contribua ativamente, junto com o homem, para as transformações da sociedade é também lutar pela emancipação feminina. *A luta pela emancipação feminina é, portanto, parte integrante da luta por uma sociedade mais justa e democrática.*

Então nos perguntariam: «Mas se a femi-

nista é isto, porque é necessário que as mulheres, além de lutarem e se organizarem junto aos homens, lutem e se organizem também em associações de mulheres?». O fato é que a luta feminista não é só isso, ela vai além disso. A mulher sofre também uma opressão específica pelo simples fato de ser mulher. Ela tem mais dificuldade de arrumar emprego, principalmente se for casada e tiver filhos, ela é despedida do emprego se casar ou ficar grávida, ela ganha menos que o homem pelo mesmo trabalho, ela cumpre, quando trabalha fora, uma dupla jornada de trabalho, ela se responsabiliza sozinha pelo trabalho doméstico e pela educação dos filhos (tarefa que deveria ser em muitos aspectos assumida pelo Estado, e, em outros, assumida pelo casal, ela sofre constantes ataques sexuais, seja em casa, na rua ou no trabalho. Enfim, a mulher não é tratada como um ser que tem os mesmos direitos e os mesmos deveres que o homem. São muitos os homens que acham que a mulher é e deve ser tratada como um ser igual ao homem. Mas são somente as mulheres, porque isto as toca diretamente, organizadas e lutando por suas reivindicações específicas, que terão a força necessária para mudar essa situação.

Mas, nos dizem «será que todos esses problemas específicos da mulher não serão resolvidos numa sociedade em que haja uma melhor distribuição de renda e uma maior participação política?».

Sabemos que é somente numa sociedade que garanta à toda a população boas condições de existência, de trabalho, de estudo e liberdade e independência para se organizar política e sindicalmente, que estarão dadas as condições para se alcançar a emancipação feminina. Nesse sentido, pode-se dizer também que *a luta por esse tipo de sociedade é parte integrante da luta pela emancipação feminina*. Ou seja, a democracia brasileira, entendida dessa forma, precisa da mulher assim como a mulher precisa da democracia. Mas se esse tipo de sociedade é uma condição necessária para a emancipação feminina, essa condição não é suficiente. A história mostra que mesmo nas sociedades que já conseguiram alcançar um maior grau de igualdade e democracia, a mulher continuou a sofrer uma opressão específica. Enquanto a mulher não atingir a plena igualdade de direitos e deveres é necessário, portanto, que exista uma luta organizada e independente de mulheres.

O feminismo, entendido dessa forma, serve não somente aos países subdesenvolvidos, mas a qualquer país onde ainda existam homens e mulheres oprimidos.

## EDITORIAL

**Com a palavra:**

Após sete meses de silêncio, iniciamos uma nova etapa de trabalho com a finalidade de levar regularmente o Nos Mulheres às mãos de nossas leitoras e de todos aqueles que partilham de nossas reflexões sobre a luta da mulher brasileira. Durante esse tempo, foram muitas as manifestações de solidariedade que recebemos, inclusive contribuições em dinheiro, numa demonstração de confiança por parte do público deste jornal. Isto nos ajudou a superar, pelos menos em parte, o problema financeiro - um dos mais sérios da imprensa independente (veja em cartas).

Desde o início de seu trabalho, em 1976, NM defrontou-se com a falta de dinheiro. As vendas do jornal não foram suficientes para o seu auto-sustento e a publicidade, importante fonte de renda da grande imprensa, é difícil de ser conseguida por um jornal como o nosso. Ao lado disso, tivemos problemas de distribuição: desinteresse dos donos de bancas e distribuidores que sumiam com o dinheiro da venda dos jornais.

Tudo isso colaborou para o nosso silêncio - mas os problemas não terminam aí. Ao fazermos um balanço do porquê, naquele momento, era impossível continuar a publicar o NM, percebemos que parte dessa impossibilidade devia-se às próprias dificuldades de levar adiante, hoje, um projeto feminista.

Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe. No Brasil, dada a incipiência da organização de todos que lutam por uma sociedade democrática e, em particular, da organização das mulheres, essa liderança ainda não foi assumida. E esse é o grande desafio que enfrentamos. Será somente quando os

movimentos amplos de mulheres das classes trabalhadoras e os atuais grupos feministas - em geral, mulheres pertencentes à classe média que tiveram acesso mais fácil ao conhecimento - integrarem-se como um todo orgânico, que o feminismo se tornará uma força concreta de transformação social.

Por isto, NM continuará defendendo a perspectiva das mulheres trabalhadoras, registrando suas lutas e, ao mesmo tempo, tentando avançar na discussão de todos os aspectos que envolvem a opressão da mulher - e que vão desde o lugar ocupado por ela na estrutura produtiva até a própria repressão sexual. O jornal pretende, com isso, atingir a todas as mulheres democratas de diferentes camadas sociais interessadas na questão feminina.

Estes sete meses, portanto, foram fiéis ao velho ditado: "há males que vêm para bem". O profundo processo de debates por que passamos apontou outros caminhos para concretizar nossos objetivos e nossa unidade. Percebemos que, além de fazer o jornal, era fundamental absorver as mulheres identificadas com nossos pontos de vista em outras atividades ligadas à luta feminista. Vimos a necessidade de tornar real a Associação das Mulheres, que existia formalmente desde a criação do NM. Nesta Associação, uma série de atividades podem ser realizadas. Formaram-se mais três grupos: pesquisa, cinema e contatos com mulheres de diferentes setores. Parte do antigo grupo que fazia o jornal distribuiu-se entre estes subgrupos e novas mulheres juntaram-se a nós.

Frente à escassez de canais de expressão e atuação em nossa sociedade, a Associação das Mulheres assume um papel importante. Ela deverá possibilitar a discussão e luta em torno das questões que dizem respeito à mulher: a democracia e a emancipação feminina. Pretendemos que a Associação se constitua num grupo de mulheres que atuem efetivamente na transformação da realidade em que vivemos e que, ao lado do Nós Mulheres, seja um instrumento na luta para que o feminismo se consolide em nosso país.

## Editorial 8

## EDITORIAL

1978. Alguma coisa está mudando.

É verdade que as mulheres sempre estiveram presentes na história; mas foram mantidas nos bastidores. Entretanto, as mudanças nas condições históricas trouxeram a necessidade da participação direta da mulher na produção, marcando a sua presença no cenário das lutas sociais. Hoje, esse é um fato visível. Em nosso país, as mulheres não só participam ao lado dos homens na conquista da democracia, como também, e isso é novo, dão a essa luta uma outra dimensão, reivindicando seus direitos enquanto mulheres.

Mas não apenas as mulheres. Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem movimentos específicos de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viver em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal. Cada vez mais, discute-se a família, a moral, a sexualidade, a condição dos velhos e a educação das crianças. Os movimentos ecológicos vêm alertar contra violência e a devastação da natureza.

Esses fatos estão aí, basta abrir os olhos para vê-los. Cabe perguntar sobre o seu significado.

Uma coisa parece clara e a história é quem se encarrega de nos mostrar: a transformação das estruturas econômicas e sociais não é suficiente para a libertação de homens e mulheres. Se ela é, sem dúvida, a condição necessária de qualquer revolução, ela, por si só, não garante a transformação de todos os níveis da existência humana. Mesmo

nos países socialistas restam muitas questões a serem resolvidas. A questão da democracia não é um problema solucionado nem sequer nesses países. É parte implícita de qualquer revolução democrática o fim de todo e qualquer tipo de discriminação.

Alguns dirão que, para aqueles que sentem fome e frio, a questão econômica é a única (ou a mais) premente. Concordamos. No entanto, isso não invalida o argumento de que a batalha deve ser travada em todos os campos. Seria negar o grande desafio que nos é colocado: a transformação da sociedade envolve mudanças profundas no pensamento, na arte e nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres.

Se fazer política significa deixar que o "individual" se mantenha fragmentado, separado do "social" e esquecer que somos homens, mulheres, velhos, crianças, negros, brancos ou índios, com os problemas específicos dessa diversidade de condições, então, certamente resultará daí apenas uma mudança parcial, nunca uma verdadeira revolução.

O feminismo aparece dentro dessa nova concepção de política.

Se as idéias feministas ainda não conseguiram uma organicidade que permita às mulheres atuar como um movimento social organizado, alguns passos importantes já foram dados. Pela primeira vez, em nosso país, as forças democráticas incluem em seu programa político as reivindicações das mulheres e preocupam-se com a sua participação efetiva. Nos sindicatos o mesmo acontece.

A questão principal é, então, como manter a autono-

mia da organização das mulheres democratas, enquanto um movimento social específico, garantindo que ela seja incorporada à luta pela democracia, não de forma isolada, mas como parte implícita dessa luta.

É com essa problemática que nos defrontamos.

Sabemos que levar adiante essa briga depende de nós. Se a relação entre os grupos de mulheres e as forças políticas democráticas é ainda pouco definida pela incipiente organização de ambos os lados, a tentativa de articular os grupos de mulheres entre si é, hoje, um fato. No dia 8 de março deste ano, os grupos de mulheres de São Paulo comprometeram-se com a assinatura de um documento (\*) que define as suas reivindicações fundamentais. Esse documento foi resultado de uma discussão anterior realizada a 4 de março, englobando os principais temas referentes à mulher: trabalho, comunidade, família e política. A partir daí, formou-se uma Comissão Pró-Coordenadoria dos Grupos de Mulheres de São Paulo, que pretende encaminhar a luta pelas reivindicações definidas no documento.

E Coordenadoria será a forma de dar unidade ao trabalho das mulheres, funcionando como uma frente democrática, onde cada grupo mantém a sua autonomia e une-se aos outros em atividades comuns. Acreditamos que, apesar das dificuldades, essa é, hoje, a única forma de avançar na organização do movimento específico das mulheres.

(\*) O jornal Brasil Mulher publicou um encarte especial com os documentos. Nós podemos também enviar cópias por carta.